

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	88
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva	90
---	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	203.518
Preferenciais	59.981
<b>Total</b>	<b>263.499</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.614.067	4.514.714
1.01	Ativo Circulante	1.287.653	1.060.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	636.036	410.335
1.01.01.01	Caixa e Bancos	712	544
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	635.324	409.791
1.01.03	Contas a Receber	616.665	617.498
1.01.03.01	Clientes	613.098	613.894
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	85.063	85.860
1.01.03.01.02	Recebíveis de Concessão de Serviços	528.035	528.034
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.567	3.604
1.01.04	Estoques	786	786
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.579	30.980
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.579	30.980
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	27.579	30.980
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.587	1.248
1.01.08.03	Outros	6.587	1.248
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	6.587	1.248
1.02	Ativo Não Circulante	3.326.414	3.453.867
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.172.500	3.299.716
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	60.998
1.02.01.01.03	Outros Investimentos	0	60.998
1.02.01.06	Tributos Diferidos	614.640	637.308
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	613.582	636.579
1.02.01.06.02	Tributos Diferidos	1.058	729
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	62	3.274
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	62	3.274
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.557.798	2.598.136
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.385	3.385
1.02.01.09.04	Recebíveis de Concessão de Serviços	2.554.413	2.594.751
1.02.02	Investimentos	137.386	137.251
1.02.02.01	Participações Societárias	137.386	137.251
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	137.386	137.251
1.02.03	Imobilizado	12.438	12.741
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.438	12.741
1.02.04	Intangível	4.090	4.159

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.614.067	4.514.714
2.01	Passivo Circulante	323.480	297.019
2.01.02	Fornecedores	6.973	10.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.563	14.884
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.563	14.884
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.563	14.884
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86.947	46.201
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.453	16.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.453	16.453
2.01.04.02	Debêntures	70.494	29.748
2.01.05	Outras Obrigações	222.997	225.310
2.01.05.02	Outros	222.997	225.310
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	203.600	203.600
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	11.424	12.003
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.973	9.707
2.02	Passivo Não Circulante	1.709.399	1.709.341
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.449.599	1.447.379
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	28.349	32.399
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	28.349	32.399
2.02.01.02	Debêntures	1.421.250	1.414.980
2.02.02	Outras Obrigações	8.857	6.115
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	965	953
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	965	953
2.02.02.02	Outros	7.892	5.162
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	7.892	5.162
2.02.03	Tributos Diferidos	250.653	255.557
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	250.653	255.557
2.02.03.01.01	Impostos e Contribuições Diferidos	167.076	170.635
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	83.577	84.922
2.02.04	Provisões	290	290
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	290	290
2.03	Patrimônio Líquido	2.581.188	2.508.354
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	601.311	601.311
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	203.599	203.599
2.03.04.10	Reserva de Lucros	397.712	397.712
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.834	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	152.268	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.478	0
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.067	0
3.02.02	Material	-898	0
3.02.03	Serviços de Terceiros	-1.866	0
3.02.04	Depreciação e Amortização	-108	0
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.539	0
3.03	Resultado Bruto	141.790	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.541	79.192
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.935	-5.075
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-4.597	-435
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-1.787	-1.142
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-265	-3.371
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-286	-127
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.394	84.267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.249	79.192
3.06	Resultado Financeiro	-34.578	-9.801
3.06.01	Receitas Financeiras	14.285	438
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.863	-10.239
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.671	69.391
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.837	-127
3.08.01	Corrente	-10.400	0
3.08.02	Diferido	-19.437	-127
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.834	69.264
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.834	69.264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00028	0,00026
3.99.01.02	PN	0,00028	0,00026
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00028	0,00026
3.99.02.02	PN	0,00028	0,00026

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	72.834	69.264
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.834	69.264

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	172.968	-1.649
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	138.385	1.155
6.01.01.01	Resultado no Período	72.834	69.264
6.01.01.02	Receita de Equivalência Patrimonial	-2.394	-84.267
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	373	3.371
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuo	48.135	12.787
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.437	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.583	-2.804
6.01.02.01	Redução no Contas a Receber de Clientes e de Concessão de Serviços	41.135	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução no saldo de Impostos e Contribuições Sociais ativos líquido do passivo	-4.920	-7
6.01.02.04	Redução no saldo de Tributos Diferidos ativos líquido do passivo	1	0
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de Tributos a Compensar líquido dos Tributos a Pagar	-1.674	0
6.01.02.06	Redução (Aumento) no saldo ativo com Partes Relacionadas líquido do passivo	3.238	-2.727
6.01.02.07	(Aumento) Redução no saldo de Outros Créditos	36	35
6.01.02.08	(Redução) no saldo de Fornecedores	-3.651	-105
6.01.02.09	(Redução) no saldo de Taxas Regulamentares	-579	0
6.01.02.10	Aumento no saldo de Outras Contas a Pagar	997	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	57.903	0
6.02.01	Redução (Aumento) no saldo de Outros Investimentos em longo prazo	60.998	0
6.02.02	Adições/Baixas no Imobilizado, Intangível e Diferido	-1	0
6.02.03	Aumento de Capital na Controladora em Conjunto	-3.094	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.170	0
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Principal)	-4.188	0
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Juros)	-982	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	225.701	-1.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.335	22.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	636.036	20.919

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.834	0	72.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.834	0	72.834
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	601.311	72.834	0	2.581.188

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.264	0	69.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.264	0	69.264
5.07	Saldos Finais	1.312.536	412.223	149.195	402.679	0	2.276.633

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	165.833	0
7.01.02	Outras Receitas	165.833	0
7.01.02.01	Operação, Manutenção e Remuneração do Ativo Financeiro	158.021	0
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	7.812	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.375	-1.147
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.551	-1.142
7.02.04	Outros	-1.824	-5
7.03	Valor Adicionado Bruto	159.458	-1.147
7.04	Retenções	-373	-3.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-373	-3.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.085	-4.518
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.780	84.705
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.394	84.267
7.06.02	Receitas Financeiras	14.285	438
7.06.03	Outros	101	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	175.865	80.187
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	175.865	80.187
7.08.01	Pessoal	8.862	415
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.038	415
7.08.01.02	Benefícios	1.373	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	451	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.205	269
7.08.02.01	Federais	45.196	168
7.08.02.02	Estaduais	9	101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.964	10.239
7.08.03.01	Juros	48.080	10.212
7.08.03.03	Outras	884	27
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.834	69.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.834	69.264

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.671.968	4.575.830
1.01	Ativo Circulante	1.304.282	1.081.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	640.436	414.578
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.258	1.115
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	639.178	413.463
1.01.03	Contas a Receber	635.221	634.773
1.01.03.01	Clientes	630.741	630.356
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	87.711	88.004
1.01.03.01.02	Recebíveis de Concessão de Serviços	543.030	542.352
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.480	4.417
1.01.04	Estoques	786	786
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.806	31.210
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.806	31.210
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33	49
1.01.08.03	Outros	33	49
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	33	49
1.02	Ativo Não Circulante	3.367.686	3.494.434
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.351.158	3.477.534
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.873	62.835
1.02.01.01.03	Outros Investimentos	1.873	62.835
1.02.01.06	Tributos Diferidos	616.626	639.393
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	615.559	638.664
1.02.01.06.02	Tributos Diferidos	1.067	729
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	34	2.002
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	34	2.002
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.732.625	2.773.304
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.579	3.579
1.02.01.09.04	Recebíveis de Concessão de Serviços	2.729.046	2.769.725
1.02.03	Imobilizado	12.438	12.741
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.438	12.741
1.02.04	Intangível	4.090	4.159

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.671.968	4.575.830
2.01	Passivo Circulante	334.701	308.216
2.01.02	Fornecedores	8.245	11.578
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.513	16.189
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.513	16.189
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.513	16.189
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	94.762	54.017
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.268	24.269
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.268	24.269
2.01.04.02	Debêntures	70.494	29.748
2.01.05	Outras Obrigações	224.181	226.432
2.01.05.02	Outros	224.181	226.432
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	203.600	203.600
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	11.838	12.368
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.743	10.464
2.02	Passivo Não Circulante	1.756.079	1.759.260
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.487.541	1.487.279
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	66.291	72.299
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	66.291	72.299
2.02.01.02	Debêntures	1.421.250	1.414.980
2.02.02	Outras Obrigações	8.975	7.509
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	709	2.035
2.02.02.02	Outros	8.266	5.474
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	8.266	5.474
2.02.03	Tributos Diferidos	259.104	264.013
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	259.104	264.013
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos	92.028	93.378
2.02.03.01.02	Impostos e Contribuições Diferidos	167.076	170.635
2.02.04	Provisões	459	459
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	459	459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.581.188	2.508.354
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	601.311	601.311
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	203.599	203.599
2.03.04.10	Reserva de Lucros	397.712	397.712
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.834	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	157.946	165.287
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.129	-17.979
3.02.01	Pessoal e Administradores	-6.144	-5.750
3.02.02	Material	-2.119	-3.233
3.02.03	Serviços de Terceiros	-2.170	-6.468
3.02.04	Depreciação e Amortização	-108	-98
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.588	-2.430
3.03	Resultado Bruto	145.817	147.308
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.046	-9.603
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.046	-9.603
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-4.598	-2.630
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-1.860	-3.096
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-265	-3.556
3.04.02.04	Outras Despesas Operacionais	-323	-321
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.771	137.705
3.06	Resultado Financeiro	-35.769	-33.656
3.06.01	Receitas Financeiras	14.424	4.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.193	-37.986
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.002	104.049
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.168	-34.785
3.08.01	Corrente	-10.622	-36.810
3.08.02	Diferido	-19.546	2.025
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.834	69.264
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	72.834	69.264
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.396	45.610
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.438	23.654
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00028	0,00026
3.99.01.02	PN	0,00028	0,00026
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00028	0,00026
3.99.02.02	PN	0,00028	0,00026

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	72.834	69.264
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	72.834	69.264
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.396	45.610
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.438	23.654

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	173.212	139.931
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	142.075	108.737
6.01.01.01	Resultado no Período	72.834	69.264
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	373	3.654
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuo	49.322	37.844
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.546	-2.025
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	31.137	31.194
6.01.02.01	Redução no Contas a Receber de Clientes e de Concessão de Serviços	40.294	30.240
6.01.02.02	(Aumento) no saldo de Estoques	0	-10
6.01.02.03	(Aumento) Redução no saldo de Impostos e Contribuições Sociais ativos líquido do passivo	-5.272	3.133
6.01.02.04	Redução no saldo de Tributos Diferidos ativos líquido do passivo	19.546	3.319
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de Tributos a Compensar líquido dos Tributos a Pagar	-21.234	-10.042
6.01.02.06	Redução no saldo ativo com Partes Relacionadas líquido do passivo	658	6.917
6.01.02.07	(Aumento) Redução no saldo de Outros Créditos	-62	4.803
6.01.02.08	(Redução) no saldo de Fornecedores	-3.333	-7.002
6.01.02.09	(Redução) no saldo de Taxas Regulamentares	-530	-941
6.01.02.10	Aumento no saldo de Outras Contas a Pagar	1.070	777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	60.961	-5.009
6.02.01	Redução (Aumento) no saldo de Outros Investimentos em longo prazo	60.962	-1.678
6.02.02	Adições/Baixas no Imobilizado, Intangível e Diferido	-1	-3.331
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.315	-52.834
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Principal)	-5.975	-29.543
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (Juros)	-2.340	-23.291
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	225.858	82.088
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	414.578	119.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	640.436	201.383

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.834	0	72.834	0	72.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.834	0	72.834	0	72.834
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	601.311	72.834	0	2.581.188	0	2.581.188

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369	0	2.207.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	412.223	149.195	333.415	0	2.207.369	0	2.207.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.264	0	69.264	0	69.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.264	0	69.264	0	69.264
5.07	Saldos Finais	1.312.536	412.223	149.195	402.679	0	2.276.633	0	2.276.633

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	172.055	177.906
7.01.02	Outras Receitas	172.055	177.906
7.01.02.01	Operação, Manutenção e Remuneração do Ativo Financeiro	164.333	163.767
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	7.722	14.139
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.059	-14.578
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.149	-12.797
7.02.04	Outros	-1.910	-1.781
7.03	Valor Adicionado Bruto	163.996	163.328
7.04	Retenções	-373	-3.654
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-373	-3.654
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	163.623	159.674
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.614	8.823
7.06.02	Receitas Financeiras	14.513	8.823
7.06.03	Outros	101	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	178.237	168.497
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	178.237	168.497
7.08.01	Pessoal	8.922	6.862
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.093	5.168
7.08.01.02	Benefícios	1.374	1.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	455	374
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.098	49.891
7.08.02.01	Federais	46.089	49.194
7.08.02.02	Estaduais	9	629
7.08.02.03	Municipais	0	68
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.383	42.480
7.08.03.01	Juros	49.378	42.288
7.08.03.03	Outras	1.005	192
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.834	69.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.834	69.264

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



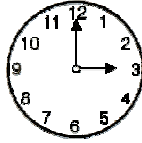
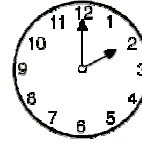
### Resultado Consolidado 1T11

Resultados confirmam solidez do negócio e maior eficiência operacional



*Rio de Janeiro, 13 de Maio de 2011 – A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (BM&FBovespa: TRNA11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do 1T11. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da CVM (“GAAP Brasileiro”).*

Paulo Mota Henriques	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Ferreira	Gerente de RI
Anna Luisa Bacellar	Analista de RI
IR Contact	<a href="mailto:investor.relations@taesa.com.br">investor.relations@taesa.com.br</a>

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Teleconferência em Português****17 de Maio de 2011****Brasília**  
**15:00****NY**  
**14:00**

Tel : +55 11 3127 4971

Senha : TAESA

Replay : +55 11 3127 4999

Senha : 13086179

# Resultado Consolidado 1T11

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., **TAESA**, apresenta nesse *Release* os resultados financeiros e operacionais, acompanhados pelos principais destaques do primeiro trimestre de 2011. Em adição, a Companhia também apresenta uma visão institucional de seu negócio.

Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010, os efeitos da aplicação do IFRS estão refletidos nas demonstrações financeiras. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato anterior, para permitir a comparação com outros exercícios.

Conhecendo a TAESA

Destaques

Migrando para o IFRS

Resultados do 1T11

Resumo Financeiro

Performance do Unit



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 1T11

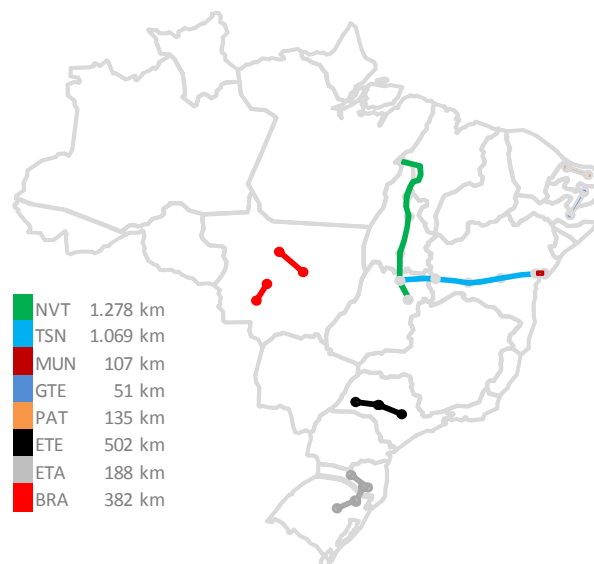
### ■ Transmissora Estratégicamente Posicionada

A TAESA, empresa listada controlada por CEMIG GT e FIP COLISEU, acredita ser um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de RAP.

A empresa é exclusivamente dedicada à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão.

A TAESA possui um total de 3.712 km de linhas de transmissão (2.447 km em 500kV, 502km em 440kV, 763km em 230kV) e 28 subestações, com presença em todas as regiões do país.

A TAESA detém atualmente 8 concessões de transmissão, sendo que em 6 delas possui 100% do controle acionário.



### ■ Ambiente Regulatório Estável

O Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é um sistema de geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, operado por empresas privadas de capital fechado, empresas privadas de capital aberto e empresas estatais, e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Segundo o ONS, o SIN é responsável pelo atendimento de cerca de 98% do mercado brasileiro de energia elétrica e a extensão de sua rede atinge aproximadamente 94 mil Km de linha com capacidade maior ou igual a 230Kv.

Os ativos de transmissão que formam essa rede são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Aneel regula o setor de transmissão através de um modelo de *Revenue Cap*, segundo o qual as empresas que operam os ativos recebem receita (RAP – Receita Anual Permitida) baseada na disponibilidade da linha e não no volume de energia transmitido.

Além disso, a regulação brasileira estabeleceu um mecanismo de garantia contratual que impede as empresas que operam no sistema de não receber a receita anual permitida.

As concessões da TAESA nunca sofreram de perdas devido à falta de pagamento dos seus clientes, assim, na opinião da companhia, o ambiente regulatório brasileiro é estável e confiável.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 1T11

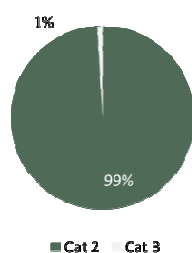
### Concessões de Alta Qualidade

As concessões inseridas na rede de transmissão brasileira têm direito a receber as receitas (RAP) com base na disponibilidade da linha, portanto, não estão expostas ao risco de volume. Essas concessões podem ser divididas em três categorias principais, conforme descrito abaixo.:

Categorias	Descrição
1) Antes de 1998 (RBSE)	Em 1998, ANEEL definiu a RAP para as concessões existentes. De acordo com o regulamento, estas concessões possuem a RAP ajustada anualmente pelo IGP-M e seus contratos vencem em 2015. Algumas dessas concessões está sujeita a revisão tarifária
2) De 1999 até Nov-2006	Projetos <i>Greenfield</i> leiloados entre 1999 e novembro de 2006. A RAP dessas concessões foi definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IGPM (até 2004) ou pelo IPCA. No 16º ano de operação, essas concessões terão suas RAPs reduzidas pela metade. Por outro lado, não sofrem revisão tarifária ao longo do período de concessão. Estas concessões foram outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.
3) A partir de Nov-2006	Projetos <i>Greenfield</i> leiloados a partir de novembro de 2006. A RAP dessas concessões é definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IPCA, além de sofrerem periodicamente uma revisão tarifária restrita. Estas concessões são outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

As concessões da TAESA estão concentradas principalmente na categoria 2) conforme mostrado na tabela abaixo.

TAESA  
RAP por Categoria



Aprox. 99% da RAP(10/11) está na Cat. 2

4

Concessões	Categoria	Assinatura do Contrato de Concessão	Termino	Indice	Revisão Tarifária	Redução da RAP
NVT	2	2000	2030	IGPM	NÃO	2018
TSN	2	2000	2030	IGPM	NÃO	2018
ETEO	2	2000	2030	IGPM	NÃO	2016
ETAU	2	2002	2032	IGPM	NÃO	2020
PATESA	2	2002	2032	IGPM	NÃO	2019
GTESA	2	2002	2032	IGPM	NÃO	2019
MUNIRAH	2	2004	2034	IGPM	NÃO	2020
BRASNORTE	3	2008	2038	IPCA	SIM	NÃO

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

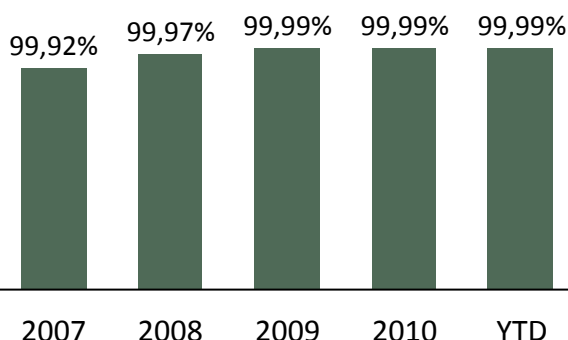


Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 1T11

### ■ Eficiente na Frente Operacional

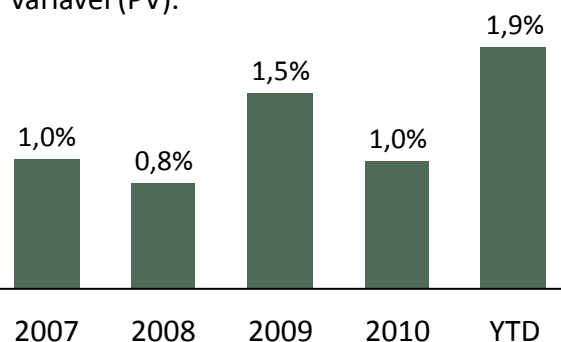
A companhia está constantemente buscando um ótimas prestação do serviço de transmissão de energia. O desempenho operacional da TAESA tem sido consistente ao longo dos anos. A empresa regularmente manteve a disponibilidade da linha acima de 99%. Este desempenho se deve não apenas à qualidade dos ativos e instalações da Companhia, mas, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos ativos. A TAESA apresentou nos últimos 12 meses uma taxa média consolidada de disponibilidade de 99,99%, conforme gráfico abaixo:



A Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contida em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km

$$\sum \frac{(\text{Extensão da Linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da Linha} \times 8.670\text{horas})/100} \times 100$$

A disponibilidade da linha, conforme apresentado no gráfico acima, é um indicador operacional relevante, mas é uma medida de tempo. O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV).



Devido ao comportamento aleatório de curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia em termos de PV é analisar o valor anual da PV dividido pela RAP anual, como mostra o gráfico à esquerda. No 1T11 a PV/RAP aumentou para 1,9%.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 1T11

### ■ Proteção Natural Contra a Inflação

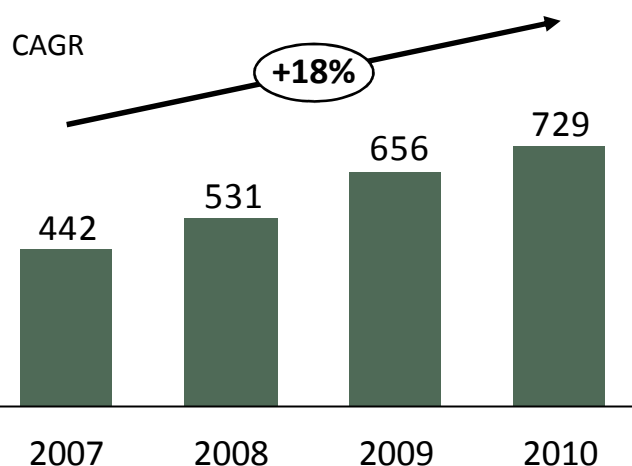
Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGPM ou IPCA, o negócio da TAESA é naturalmente protegido contra aumentos de inflação.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2007/2008	3,2%	4,4%
2008/2009	5,6%	11,5%
2009/2010	5,2%	3,6%
2010/2011	5,2%	4,2%

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses (IGPM ou IPCA), de junho do ano anterior à maio do ano em referência. A tabela à esquerda mostra o ajuste anual da RAP desde 2007.

### ■ Fluxo de Caixa Estável e Forte

Um dos aspectos mais importantes do negócio da TAESA é a estabilidade de seu fluxo de caixa operacional

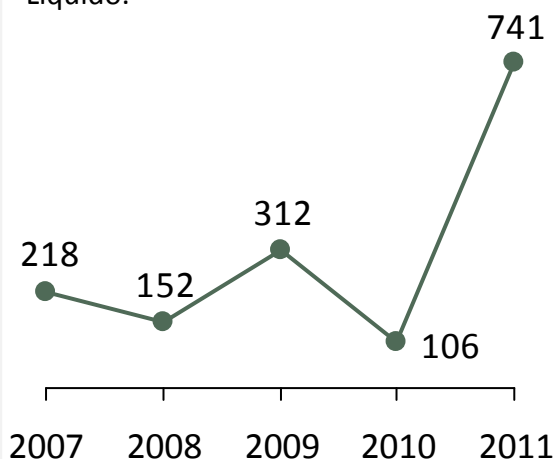


O gráfico ao lado mostra a evolução do EBITDA não ajustado pelo IFRS.

EBITDA 2009 ajustado com o incentivo fiscal para permitir uma comparação justa

### ■ Histórico de Dividendos

O gráfico abaixo mostra o histórico de dividendos (pagamentos) da Companhia desde 2006. De acordo com seu estatuto, a TAESA deve distribuir pelo menos 50% do Lucro Líquido.



O *payout* anual nem sempre foi 95%, entretanto a Companhia conseguiu distribuir o saldo de dividendos acumulados. Em novembro de 2010, a TAESA não possuía mais nenhum saldo de dividendos a pagar.

Devido à migração para o IFRS, em 2011, a Companhia vai distribuir 95% do Lucro Líquido de 2010 e também uma Reserva de Lucros acumulados. Esta operação será detalhada na página 8.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



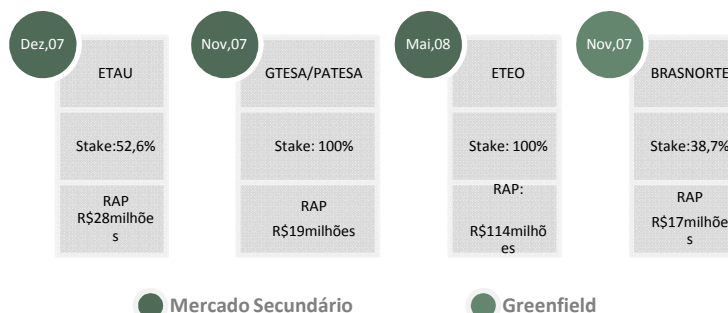
Conhecendo a TAESA

Resultado Consolidado 1T11

### Histórico de Crescimento com Agregação de Valor

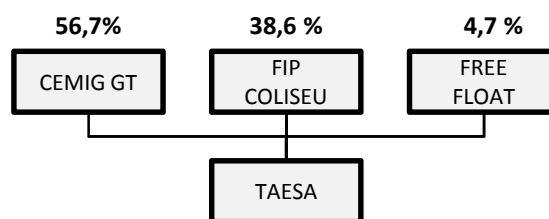
Desde que a TAESA tornou-se uma empresa de capital aberto em outubro de 2006, a Companhia tem buscado o crescimento através da aquisição de ativos existentes (mercado secundário), bem como através dos leilões de projetos *greenfield* (mercado primário).

Desde 2007, a Companhia adquiriu 4 concessões no mercado secundário e ganhou 1 projeto *greenfield*, totalizando 5 novas concessões.



### Base Acionária

CEMIG GT e FIP COLISEU possuem juntos 98% do capital votante. O detalhamento do Capital Total é mostrado no gráfico à direita.



Atualmente, a Companhia possui 4.148.826 Units negociados na **BMF&Bovespa**. O Unit TRNA11 é composto de 1 ação ordinária (ON) e 2 ações preferenciais (PN).

	Ações ON	%	Ações PN	%	Capital Total	%
FIP Coliseu	101.678.120	50,0%	-	0,0%	101.678.120	38,6%
Cemig GT	97.690.743	48,0%	51.683.548	86,2%	149.374.291	56,7%
Mercado	4.148.826	2,0%	8.297.648	13,8%	12.446.474	4,7%
Outros	22	0,0%	-	0,0%	22	0,0%
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100,0%</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100,0%</b>	<b>263.498.907</b>	<b>100,0%</b>

### Governança Corporativa

O Unit da TAESA (TRNA11) está listado na Bolsa de Valores Brasileira e registrada no nível 2 de governança corporativa. O estatuto da Companhia garante 100% de Tag Along para todos os acionistas, independente da classe.

A alta administração da empresa tem uma experiência significativa no setor e é acompanhada de perto pelos sócios controladores, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os sócios controladores apresentam uma interessante combinação de conhecimentos técnicos e disciplina financeira. A CEMIG GT é um dos *players* mais importantes no setor energético brasileiro e é amplamente reconhecida como um operador de ativos do setor elétrico de alta qualidade. Por outro lado, o FIP COLISEU representa gestores de fundos com forte *background* financeiro.



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Destaques

Resultado Consolidado 1T11

## ■ Restruturação Societária

Em 2010, a Companhia melhorou seu desempenho operacional e financeiro, resolvendo assuntos prioritários tanto no plano corporativo quanto no plano financeiro, sem no entanto desviar de sua missão de perseguir o crescimento e a criação de valor.

A ação derradeira de 2010 foi a conclusão da reestruturação societária. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia incorporou Alterosa, seu acionista direto, Alvorada, seu acionista indireto, as concessões de transmissão TSN, Novatrans e ETEO, suas subsidiárias integrais, e a TAESA Serviços, também uma subsidiária integral.

Esse tipo de operação exigiu um grande esforço para ser concluída, portanto, no 1T11, a companhia focou em ajustar seus processos internos e preparar a organização para capturar o ganho de eficiência desta reestruturação.

## ■ Distribuição de Dividendos

Conforme mencionado na página 6, a TAESA vai distribuir 95% do lucro líquido de 2010 e também uma Reserva de Lucros acumulados, constituída como consequência da migração para o IFRS.

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de abril de 2011, aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$740,6 milhões, dos quais R\$ 407,2 milhões correspondem ao saldo do Lucro Líquido após a constituição da Reserva Legal e R\$333,4 milhões correspondem ao saldo da conta de lucros acumulados em 2009. A tabela abaixo apresenta as datas de pagamento, em Reais:

	Em 31 de Maio de 2011	Em 31 de Outubro de 2011	Total
Dividendos (R\$)	407.198.597,16	333.415.715,67	740.614.312,83
DPA (R\$)	1,545352130	1,265340033	2,810692163
DPU (R\$)	4,636056390	3,796020099	8,432076489

## ■ Resultados 1T11

Preços de  
fechamento  
em 31/03.

R\$ MM	IFRS	Não ajustado pelo IFRS			
	1T11	1T11	1T10	Var.	Var. %
EBITDA*	139,1	179,5	176,5	3,0	1,7%
Margem EBITDA	88,1%	91,5%	88,8%	0,0	2,6 pp
Lucro Líquido	72,8	80,1	71,8	8,3	11,5%
TRNA11	35,0	35,0	38,4	-3,4	-8,8%
Valor de Mercado	3074	3074	3369	-295,1	-8,8%

\* resultados acima estão apresentados considerando a reclassificação da subvenção fiscal

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Migrando para o IFRS

Resultado Consolidado 1T11

### ■ IFRS: A Contabilidade Muda, os Fundamentos Não

Ainda que a maneira de apresentar as demonstrações financeiras tenha mudado, essas mudanças não tiveram impacto sobre os fundamentos básicos da Companhia. :

- Ambiente regulatório estável
- Concessões de alta qualidade
- Performance operacional de alto nível
- Naturalmente protegido contra a inflação
- Fluxo de caixa estável
- Distribuição de dividendos consistente
- Boa governança corporativa

### ■ IFRS: Principais Mudanças

As principais mudanças nos padrões contábeis foram:

- A constituição do Ativo Financeiro, em substituição ao Ativo Fixo
- O novo método de contabilizar as Receitas, substituindo a RAP por 3 outros itens: Receita de Construção, Operação e Manutenção (prestação do serviço de transmissão de energia) e Remuneração dos Recebíveis.

De acordo com os princípios do IFRS a Companhia não possui os ativos da concessão, de fato a Companhia é uma concessionária que detém o direito de construir, operar e manter os ativos até fim da concessão. Baseado nesse conceito, a Companhia deve realocar a RAP a ser recebida ao longo de 30 anos de concessão em 3 novos itens:

## RAP TOTAL DA CONCESSÃO (30 ANOS)

Contabilizado durante a Construção	Contabilizado no período de Operação e Manutenção	
Construção	O&M	Remuneração dos Rec.
<p>A Receita de Construção é o investimento feito durante a construção.</p> <p>Esse valor tem que ser contabilizado enquanto a concessão está em construção. Dessa forma, a única concessão do grupo TAESA que ainda contabiliza Receita de Construção é a Brasnorte.</p>	<p>A Receita de O&amp;M é um valor fixo ao longo da concessão que é reajustado pela inflação da mesma maneira que a RAP</p>	<p>A Remuneração dos Recebíveis é uma taxa de retorno multiplicada pelo saldo do ativo financeiro.</p>

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

*Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010 estão refletidos nas demonstrações financeiras os efeitos da aplicação do IFRS. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato anterior, para permitir a comparação com outros exercícios.*

*A primeira parte de cada seção mostrará os resultados do 1T11, comparando o resultado em IFRS com o resultado antigo. A segunda parte de cada seção vai apresentar uma comparação do resultado do 1T11 com o 1T10 no formato anterior.*

## Resultado Consolidado 1T11

### Resultados confirmam solidez do negócio e maior eficiência operacional

Em 2010, a TAESA apresentou o melhor resultado da sua história. Na busca pela eficiência, a Companhia focou nos processos operacionais e administrativos para capturar o máximo de valor para os seus acionistas. Em 2011, a busca continua e os resultados do 1T11 indicam que a Companhia está no caminho certo.

No 1T11, a Companhia colocou seu melhor esforço para tornar a reestruturação societária efetiva e ainda está ajustando os processos internos para poder se beneficiar ao máximo dessa operação.

No plano financeiro, é importante mencionar que o perfil da dívida foi significativamente alterado, em comparação ao mesmo período do ano passado. Atualmente, a Companhia tem apenas 6% do saldo de dívida vencendo no curto prazo.

A combinação dos fatores acima com a adoção do IFRS, permitirá que a Companhia distribua aproximadamente R\$741 milhões em dividendos até 31 de outubro de 2011.

No 1T11, o Lucro Líquido IFRS da TAESA totalizou R\$73 milhões e o Lucro Líquido não ajustado totalizou R\$80 milhões, 12 % acima do Lucro Líquido do 1T10, que somou R\$72 milhões.

A margem EBITDA subiu para 91,5% no trimestre atual e o EBITDA não ajustado alcançou R\$179,5 milhões, um pouco acima do EBITDA não ajustado do 1T10.

TAESA orgulhosamente apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2011, nas páginas a seguir.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

## Receita Líquida

**Receita Líquida de R\$158 milhões. Ajuste negativo do IFRS de R\$38 milhões e RAP 4,3% acima do 1T11.**

Como mencionado anteriormente, devido à adoção do IFRS, o que antes era **Receita pela Disponibilização** (RAP – PV) foi substituída por **3** novos itens: Receita de Construção, Receita de O&M e Remuneração de Recebíveis. As receitas da TAESA estão principalmente concentradas nas **Receitas de O&M** e na **Remuneração de Recebíveis**, já que apenas a Brasnorte ainda contabiliza Receita de Construção. A abertura de cada parte da Receita IFRS será mostrada nas tabelas desta seção.

### Receita de O&M

A Receita de **O&M** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. A **Receita de O&M** será anualmente ajustada pela inflação (IGPM ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

R\$ MM	1T11		
	O&M	PV	O&M (DRE)
Concessão			
NVT	18,1	-1,8	16,3
TSN	32,8	-2,2	30,6
MUN	2,2	0,0	2,2
GTE	0,3	0,0	0,3
PAT	0,6	0,0	0,6
ETE	6,9	0,0	6,9
ETA	3,4	0,0	3,4
BRA	1,0	-0,0	1,0
<b>Consolidado</b>	<b>63,0</b>	<b>-4,0</b>	<b>59,0</b>

No DRE, a Receita de O&M está contabilizada líquida da PV como mostrado na área  

### Remuneração de Recebíveis

A **Remuneração de Recebíveis** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. No DRE, a Remuneração de Recebíveis é contabilizada junto com outros itens como mostrado na área  

R\$ MM	1T11			
	Remuneração de Recebíveis	Construção	Outros	Remuneração de Recebíveis (DRE)
Concessão				
NVT	49,9	0,0	0,1	50,1
TSN	32,1	0,0	0,3	32,3
MUN	2,4	0,0	0,0	2,4
GTE	0,8	0,0	0,0	0,8
PAT	2,0	0,0	0,0	2,0
ETE	13,3	0,0	0,2	13,5
ETA	3,2	0,0	-0,0	3,1
BRA	3,5	2,9	0,0	6,4
<b>Consolidado</b>	<b>103,6</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>105,3</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



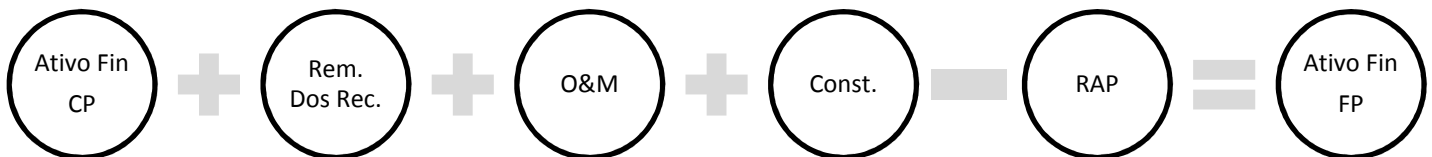
Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

### ▪ A Remuneração dos Recebíveis x Ativo Financeiro

A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. A variação do Ativo Financeiro pode ser calculada conforme a tabela abaixo.

R\$ MM	4T10	1T11	1T11	1T11	1T11	1T11
Concessão	Ativo Financeiro	Remuneração de Recebíveis	O&M	Construção	RAP	Ativo Financeiro
NVT	1.473,7	49,9	18,1	0,0	-84,4	1.457,3
TSN	963,8	32,1	32,8	0,0	-78,8	949,8
MUN	88,4	2,4	2,2	0,0	-5,8	87,3
GTE	30,4	0,8	0,3	0,0	-1,4	30,0
PAT	72,7	2,0	0,6	0,0	-3,4	72,0
ETE	490,7	13,3	6,9	0,0	-28,5	482,3
ETA	111,0	3,2	3,4	0,0	-7,6	110,0
BRA	249,9	3,5	1,0	2,9	-5,1	252,2
<b>Consolidado</b>	<b>3.274,7</b>	<b>103,6</b>	<b>63,0</b>	<b>1,1</b>	<b>-208,3</b>	<b>3.234,1</b>



Concessões	Redução da RAP	Termino da Concessão
ESEO	out/16	mai/30
NVT	jul/18	dez/30
TSN	jun/18	dez/30
GTESA	jun/19	jan/32
PATESA	jun/19	dez/32
ETAU	jul/20	dez/32
MUNIRAH	out/19	fev/34
BRASNORTE	-	fev/38

A tabela ao lado mostra o mês e o ano da redução da RAP, bem como o mês e o ano do fim da concessão.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



## Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

- Receitas 1T11: IFRS x Não ajustado pelo IFRS

A tabela abaixo apresenta as Receitas Líquidas do 1T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados pelo IFRS

R\$ MM	IFRS	Anterior	
	1T11	1T11	Ajuste
Receita Líquida	0,0	208,3	-208,3
RAP Concessionárias	0,0	208,3	-208,3
PV	-4,0	-4,0	0,0
Receita do Serviço	-4,0	204,3	-208,3
Benefício Fiscal	7,6	7,6	0,0
Outras Receitas	0,1	0,1	0,0
Total de Outras Receitas	7,7	7,7	0,0
Operação e Manutenção	63,0	0,0	63,0
Remuneração dos recebíveis	103,6	0,0	103,6
Construção	1,1	0,0	1,1
Outras (Contabilidade, Ajustes, Indenização, Outros)	0,6	0,0	0,6
Total Receita IFRS	168,3	0,0	168,3
Total Receita Bruta	172,1	212,1	-40,0
Deduções	-14,1	-15,8	1,7
Receita Líquida	157,9	196,3	-38,3

Receita Líquida totalizou **R\$157,9 milhões**, **R\$38,3 milhões (-20%)** abaixo do valor não ajustado.

Com o objetivo de facilitar o entendimento, mostramos uma nova visão na tabela a esquerda..

- Comparação com 1T10: Não ajustado pelo IFRS

A tabela abaixo apresenta a Receita Líquida do 1T11, comparando os resultados não ajustados do 1T11 e do 1T10.

R\$ MM	Anterior			
	1T11	1T10	Var.	Var (%)
Receita Líquida	208,3	199,8	8,5	4,3%
RAP Concessionárias	208,3	199,8	8,5	4,3%
PV	-4,0	-1,8	-2,2	122,0%
Receita do Serviço	204,3	198,0	6,4	3,2%
Benefício Fiscal	7,6	14,5	-6,9	-47,4%
Outras Receitas	0,1	0,1	0,0	-6,6%
Total de Outras Receitas	7,7	14,6	-6,9	-47,1%
Operação e Manutenção	0,0	0,0	0,0	
Remuneração dos recebíveis	0,0	0,0	0,0	
Construção	0,0	0,0	0,0	
Outras (Contabilidade, Ajustes, Indenização, Outros)	0,0	0,0	0,0	
Total Receita IFRS	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total Receita Bruta	212,1	212,6	-0,5	-0,2%
Deduções	-15,8	-13,9	-1,9	13,9%
Receita Líquida	196,3	198,7	-2,4	-1,2%

A **Receita Líquida** não ajustada pelo IFRS totalizou **R\$196,3 milhões**, **1,2%** abaixo do 1T11.

- Rap aumentou **4,3%** devido ao reajuste do ciclo no segundo semestre de 2010.
- Incentivo Fiscal diminuiu **47,4 %** no 1T11, uma vez que a Companhia ainda está se beneficiando do prejuízo fiscal acumulado na holding entre 2006 e 2010.

- 1T11 Detalhamento da RAP por Concessão

R\$ MM	1T11		
	RAP	PV	Receita pela disponibilização
NVT	84,4	-1,8	82,6
TSN	78,8	-2,2	76,6
MUN	5,8	0,0	5,8
GTE	1,4	0,0	1,4
PAT	3,4	0,0	3,4
ETE	28,5	0,0	28,5
ETA	7,6	0,0	7,6
BRA	5,1	-0,0	5,1
<b>Consolidado</b>	<b>208,3</b>	<b>-4,0</b>	<b>204,3</b>

O total da Receita da Disponibilização contabilizado no DRE (não ajustado pelo IFRS) é a soma da RAP com a PV do período.

A tabela à direita apresenta a abertura da Receita de Disponibilização por concessão no 1T11.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

### Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos e Dep/Amort de R\$19 milhões. Ajuste positivo do IFRS de R\$28 milhões principalmente concentrado na linha de Dep/Amort. O valor não ajustado totalizou R\$47 milhões com uma redução de 17% sobre o 1T11.

- Custos e Dep/Amort 1T11: IFRS x Não ajustado pelo IFRS

A tabela abaixo apresenta os Custos e Dep/Amort do 1T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados pelo IFRS

R\$ MM	IFRS	Anterior	
Custo e Despesas Operacionais	1T11	1T11	Ajuste
Pessoal	10,7	10,7	0,0
Material	2,1	0,1	2,1
Serviços de Terceiros	4,0	4,0	0,0
G&A e Outros	1,9	1,9	-0,0
<b>Total</b>	<b>18,8</b>	<b>16,7</b>	<b>2,1</b>
Dep/Amort	0,4	30,0	-29,7
<b>Total</b>	<b>19,2</b>	<b>46,8</b>	<b>-27,6</b>

Custos totalizaram R\$18,8 milhões, R\$2,1 milhões (12,6%) acima do valor não ajustado. O ajuste de R\$ 2,1 milhões se refere ao montante de capex reclassificado.

Dep/Amort totalizou R\$0,4 milhões, R\$29,7 milhões abaixo do valor não ajustado. O ajuste decorre da substituição do ativo fixo pelo ativo financeiro. O valor de DEP/Amort contabilizado no DRE se refere aos ativos administrativos e ao ágio da ETAU.

- Comparação com 1T10: Não ajustado pelo IFRS

A tabela abaixo apresenta a Receita Líquida do 1T11, comparando os resultados não ajustados do 1T11 e do 1T10.

R\$ MM	Anterior			
Custo e Despesas Operacionais	1T11	1T10	Var.	Var. %
Pessoal	10,7	8,4	2,4	28,2%
Material	0,1	1,5	-1,5	-96,0%
Serviços de Terceiros	4,0	9,6	-5,5	-57,9%
G&A e Outros	1,9	2,8	-0,8	-30,5%
<b>Total</b>	<b>16,7</b>	<b>22,2</b>	<b>-5,5</b>	<b>-24,6%</b>
Dep/Amort	30,0	34,2	-4,2	-12,2%
<b>Total</b>	<b>46,8</b>	<b>56,5</b>	<b>-9,7</b>	<b>-17,1%</b>

Custos e Despesas alcançaram R\$16,7 milhões e estão R\$5,5 milhões (-24,6%) abaixo do 1T10.

Dep/Amort totalizou R\$30 milhões e está R\$4,2 milhões (-12,2%) abaixo do 1T10.

A redução de Custos e Dep/Amort totalizou R\$9,7 milhões (-17,1%).

O valor total de Custos e Dep/Amort diminuiu 17,1% para R\$ 46,8 milhões. Os principais desvios foram:

- **Pessoal** : Aumentou R\$2,4milhões sobre o 1T10 devido a provisão da gratificação referente ao exercício de 2011, a ser pago em 2012.
- **Material**: Diminuiu R\$1,5milhões devido a ocorrência em 1T10 de custos não recorrentes referentes ao EPC da Brasnorte.
- **Terceiros ,G&A e Outros**: No 1T11 a reestruturação societária levou a Companhia a reduzir o ritmo de algumas atividades que serão reativadas a partir do 2T11
- **Dep/Amort**: A parcela relativa ao ágio da aquisição da TAESA foi reclassificada e está sendo contabilizada na conta de impostos diferidos.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**



Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

**EBITDA / Margem EBITDA**

EBITDA IFRS de R\$139MM com Margem EBITDA de 88%. O valor não ajustado do EBITDA atingiu R\$180MM, aumentando 1,7% YoY, com uma margem EBITDA de 91%.

- EBITDA 1T11: IFRS x Não ajustado pelo IFRS

Vale ressaltar que no mercado de transmissão de energia o **EBITDA sem o ajuste do IFRS** é um importante indicador de desempenho financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia. Com a aplicação do ajuste do IFRS houve um descolamento significativo entre DRE e Fluxo de Caixa. Dessa maneira, o EBITDA com o ajuste do IFRS não é uma medida que se aproxima da geração operacional de caixa da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o EBITDA do 1T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados pelo IFRS

R\$ MM	IFRS	Anterior	
EBITDA*	1T11	1T11	Ajuste
RECEITA LIQUIDA	157,9	196,3	-38,3
Custos e Despesas	-18,8	-16,7	-2,1
<b>EBITDA</b>	<b>139,1</b>	<b>179,5</b>	<b>-40,4</b>
Margem EBITDA	88,1%	91,5%	-3,4 bps

EBITDA totalizou **R\$139,1 milhões** com uma **margem EBITDA de 88,1%**.

EBITDA ajustado pelo IFRS ficou R\$40MM (22%) abaixo do não ajustado e a margem 3,4 pp abaixo.

- Comparação com 1T10: Não ajustado pelo IFRS

A tabela abaixo apresenta o EBITDA do 1T11, comparando os valores não ajustados dos 1T11 com 1T10.

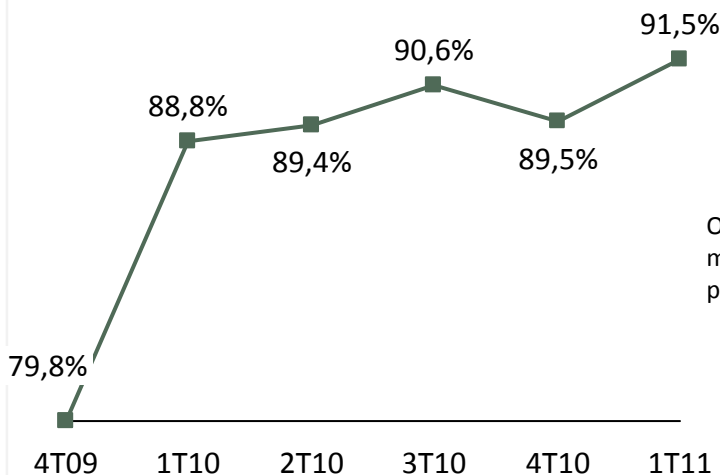
R\$ MM	Anterior			
EBITDA	1T11	1T10	Var.	Var. %
RECEITA LIQUIDA	196,3	198,7	-2,4	-1,2%
Custos e Despesas	-16,7	-22,2	5,5	-24,6%
<b>EBITDA</b>	<b>179,5</b>	<b>176,5</b>	<b>3,0</b>	<b>1,7%</b>
Margem EBITDA	91,5%	88,8%		2,6 pp

O **EBITDA** não ajustado pelo IFRS atingiu **R\$179,5MM** com uma margem EBITDA de **91,5 %**.

A margem EBITDA da companhia tem aumentado nos últimos 12 meses.

\*EBITDA 1T10 também foi ajustado com o incentivo fiscal para permitir uma comparação justa

Margens ajustadas com o incentivo fiscal para permitir uma comparação justa



O gráfico ao lado mostra a evolução da margem EBITDA trimestral não ajustada pelo IFRS

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

**Despesa Financeira Líquida**

Despesas Financeiras Líquidas de R\$36 milhões, R\$2 milhões (6,3%) acima do 1T10.

- Comparação com 1T10: Não ajustado pelo IFRS

Não há diferença entre o valor ajustado e o não ajustado das despesas financeiras líquidas. A tabela a seguir apresenta uma comparação entre o 1T11 e 1T10.

R\$ MM	Anterior			
	1T11	1T10	Var.	Var. %
<b>Resultado Financeiro</b>				
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	14,4	4,3	10,1	233,1%
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-43,3	-36,0	-7,3	20,4%
Variações Monetárias e Cambiais	-6,0	-1,9	-4,1	220,3%
Outras Despesas Financeiras	-0,9	-0,1	-0,8	535,6%
<b>Total</b>	<b>-35,8</b>	<b>-33,7</b>	<b>-2,1</b>	<b>6,3%</b>

- Receitas Financeiras: um maior saldo de caixa e aumento da taxa DI brasileira.
- Despesas com Juros: maiores gastos nas despesas financeiras devido ao aumento do custo da dívida. Atualmente a maior parte da dívida da empresa está indexada ao CDI, diferente do ano passado, que a dívida era principalmente indexada ao TJLP.
- Variação Monetária: cerca de 18% da dívida da companhia está indexada ao IPCA, o montante de R\$ 6MM se refere a essa questão da dívida.

**Taxas**

Taxas de R\$30MM. Ajuste de IFRS positivo de R\$3MM. O valor não ajustado foi de R\$34MM com uma redução de 3% sobre o 1T11.

Desde o último trimestre (4T10) os subsídios fiscais da TSN e NVT, estão sendo classificados como Outras Receitas. Ainda no último trimestre, a empresa se beneficiou da reestruturação societária. No 1T11, a taxa média não ajustada caiu de cerca de 34% para 30%, no comparativo anual, pois a empresa ainda está se beneficiando do prejuízo fiscal acumulado no nível da holding 2006-2010.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**



Resultados do 1T11

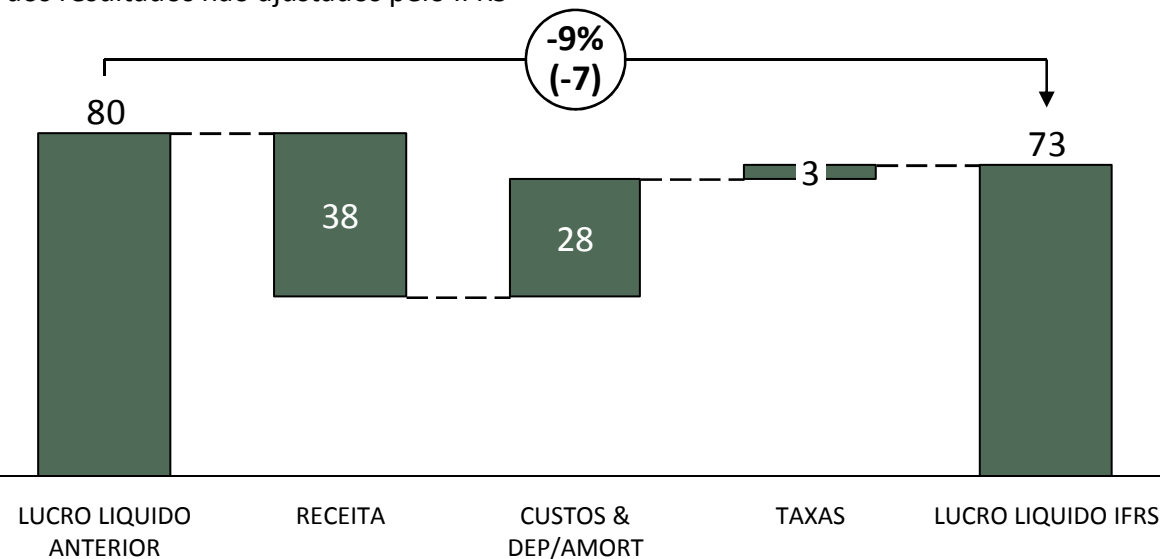
Resultado Consolidado 1T11

**Lucro Líquido**

Lucro Líquido de R\$73 milhões. Ajuste negativo do IFRS de R\$7 milhões. O valor não ajustado atingiu R\$80 milhões, 12% acima do 1T10.

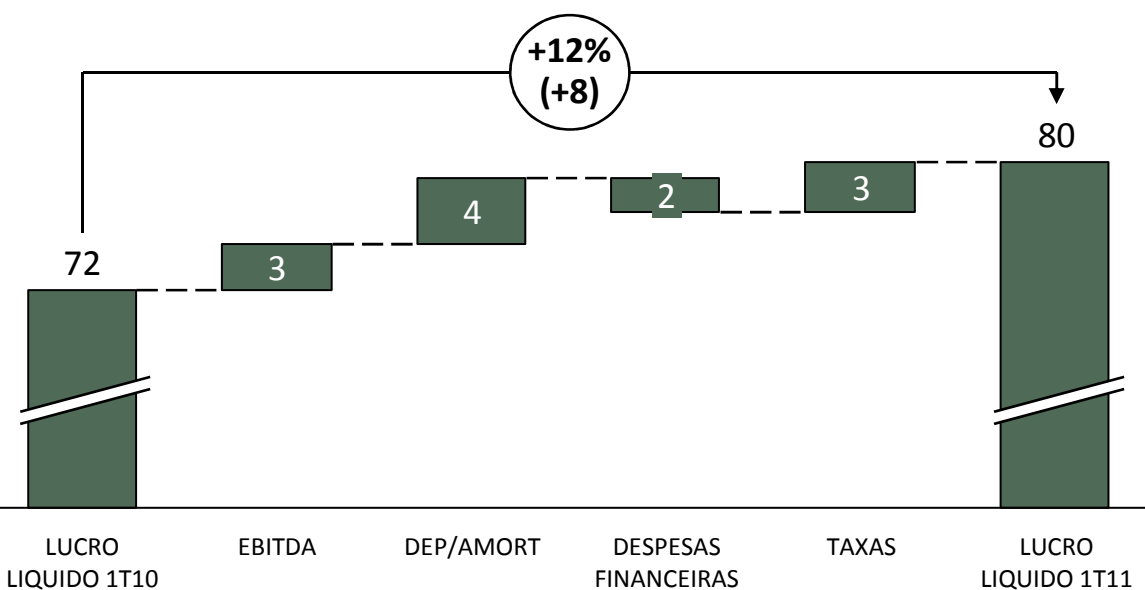
- Lucro Líquido 1T11: Ajustado pelo IFRS X Não Ajustado pelo IFRS

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 1T11, comparando os resultados em IFRS aos resultados não ajustados pelo IFRS



- Comparação com 1T10: Não ajustado pelo IFRS

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 1T11, comparando os valores não ajustados do 1T11 com 1T10.



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

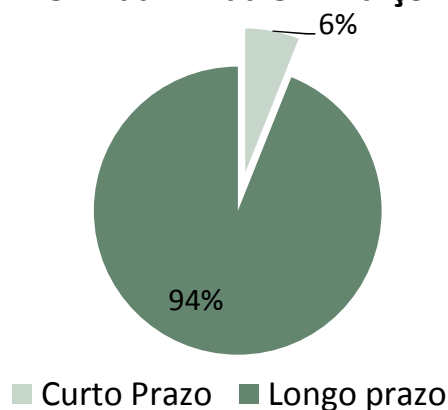
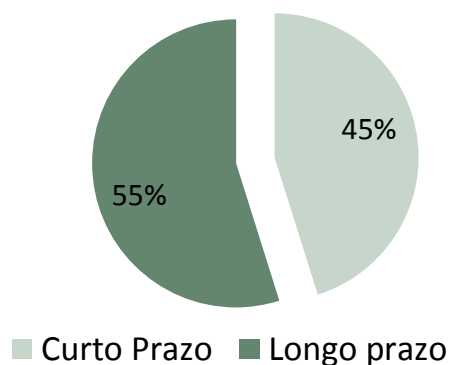
**Endividamento**

Posição da Dívida Líquida atingiu R\$947MM. Dívida Total foi de R\$1.590MM e o caixa total atingiu R\$642MM. NFP/EBITDA é 1,3 x

Dívida Líquida (R\$ Milhão)	1T11	1T10
<b>Curto Prazo</b>	96,7	699,9
TJLP	3,1	101,8
Cesta de Moedas	0,5	9,5
CDI	79,6	588,5
IPCA	13,5	0,0
<b>Longo Prazo</b>	1.493,0	851,0
TJLP	17,7	733,7
Cesta de Moedas	2,7	72,7
CDI	1.206,2	44,5
IPCA	266,4	0,0
<b>Endividamento Total</b>	<b>1.589,6</b>	<b>1.550,9</b>
(-) Caixa e Aplicações	-642,3	-261,9
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>947,3</b>	<b>1.288,9</b>

\* Endividamento não considera o custo de estruturação

A Companhia encerrou o 1T11 com uma dívida bruta de R\$ 1.590 MM, dos quais apenas 6% ou R\$96,7 MM são devidos no curto prazo. A mudança expressiva no perfil da dívida, conforme demonstrado nos gráficos abaixo, foram possíveis graças a duas emissões de Debêntures efetuadas pela Companhia no segundo semestre de 2010

**Perfil da Dívida em Março 11****Perfil da Dívida em Março 10**

# Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



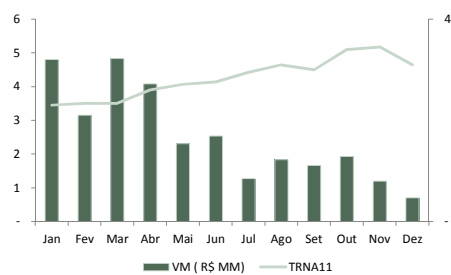
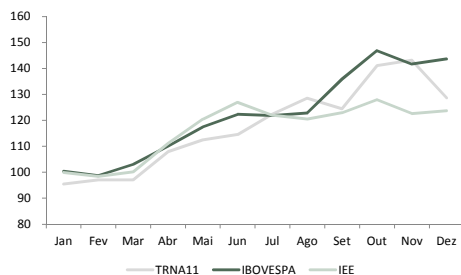
## Performance do Unit

Resultado Consolidado 1T11

### TRNA11

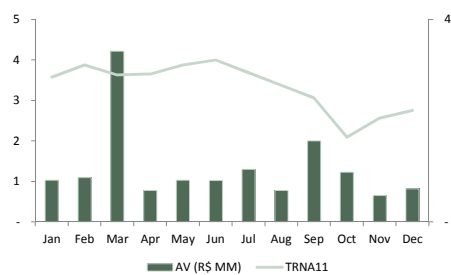
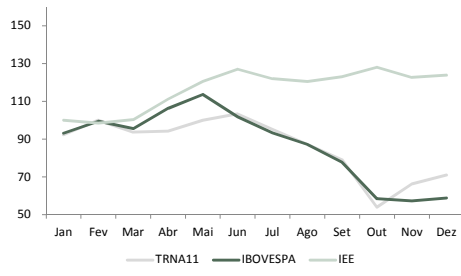
#### 2007

Abertura	24,00
Fechamento	31,00
Máximo	37,30
Mínimo	21,05
VM (R\$ MM)	2,53



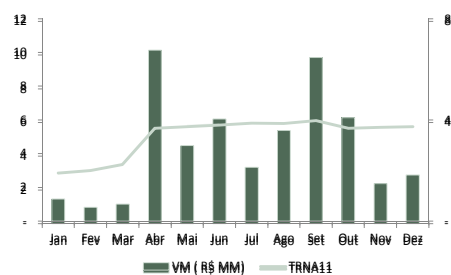
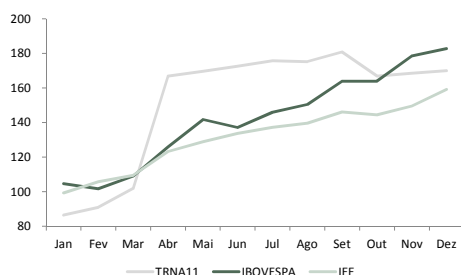
#### 2008

Abertura	31,00
Fechamento	21,99
Máximo	34,90
Mínimo	14,76
VM (R\$ MM)	1,32



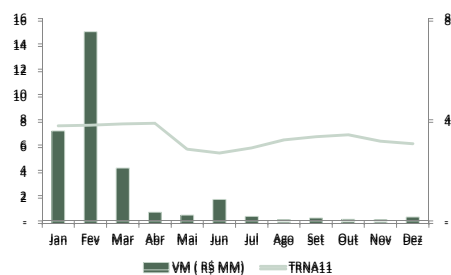
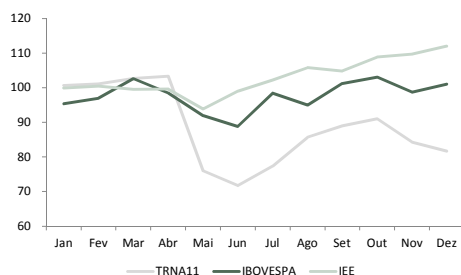
#### 2009

Abertura	22,00
Fechamento	37,36
Máximo	39,97
Mínimo	18,51
VM (R\$ MM)	4,45



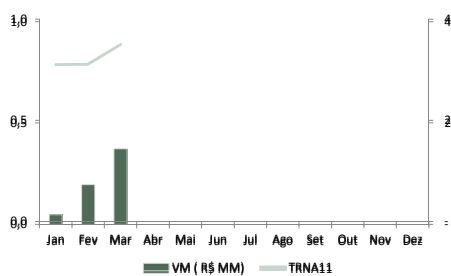
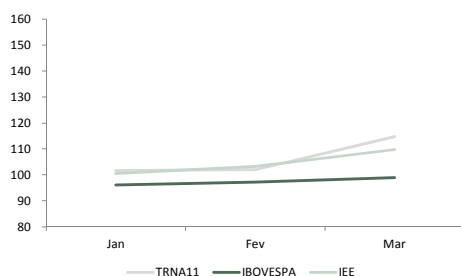
#### 2010

Abertura	37,46
Fechamento	30,51
Máximo	39,00
Mínimo	22,30
VM (R\$ MM)	2,43



#### 2011

Abertura	30,53
Fechamento	35,00
Máximo	35,00
Mínimo	30,53
VM (R\$ MM)	0,17



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Resultados do 1T11

Resultado Consolidado 1T11

**Ciclo da RAP**

RAP (R\$ milhões)	Ciclo 2004/2005	Ciclo 2005/2006	Ciclo 2006/2007	Ciclo 2007/2008	Ciclo 2008/2009	Ciclo 2009/2010	2010/2011 Cycle
<i>Ajuste IGP-M</i>	7,0%	9,1%	-0,3%	4,4%	11,5%	3,6%	4,2%
Novatrans	246,9	269,3	268,5	280,3	312,6	324,0	337,5
TSN*	224,6	245,0	244,2	254,9	287,4	303,2	315,4
TSN LT Camaçari II/Sapeaçu (Munirah)	0,0	18,4	18,3	19,1	21,3	22,1	23,0
TSN LT Goianinha/Mussuré (GTESA)	4,2	4,6	4,6	4,8	5,3	5,5	5,8
TSN LT Paraíso/Açu (PATESA)	9,9	10,8	10,7	11,2	12,5	13,0	13,5
ETAU <sup>1**</sup>	9,3	12,7	12,6	13,1	14,6	15,2	14,5
ETEO	83,5	91,1	90,8	94,8	105,8	109,6	114,2
<i>Ajuste IPC-A</i>	5,2%	8,1%	4,2%	3,2%	5,6%	5,2%	5,2%
Brasnorte <sup>1</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	6,7
<b>Total</b>	<b>578</b>	<b>652</b>	<b>650</b>	<b>678</b>	<b>760</b>	<b>799</b>	<b>831</b>
<b>PA</b>	<b>0,3</b>	<b>29,9</b>	<b>-22,2</b>	<b>-6,7</b>	<b>-16,7</b>	<b>-9,9</b>	<b>-6,4</b>

\* Incluindo os projetos de reforços de Bom Jesus da Lapa, Serra da Mesa e Serra da Mesa II

\*\* Incluindo DIT dedicada a RGE

1 Valor de RAP proporcional a participação da TAESA

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os trabalhos de revisão das as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011 foram realizados pela KPMG Auditores Independentes.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 31 de março de 2011 não foram prestados outros serviços pelos seus auditores independentes, que não os relacionados à revisão das as informações contábeis intermediárias.

**CVM – BM&FBOVESPA**

A companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”), tem por objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica tais como:
  - Estudos e atividades de planejamento;
  - Análises químicas em materiais e equipamentos;
  - Serviços de engenharia básica e detalhada;
  - Aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infra-estrutura e instalações;
  - Suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competência agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, e operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

#### *Incorporação de controladas*

Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Novatrans Energia S.A. (Novatrans), TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (TSN), ETEO - Empresa de Transmissão do Energia do Oeste S.A. (ETEO) e Taesa Serviços Ltda, foram incorporadas à Companhia, conforme aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

Desta forma em 31 de março de 2010 a demonstração de resultado da Companhia não apresentava os saldos das controladas citadas no parágrafo acima.

#### *Controladoras diretas*

A Companhia tem como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), companhia aberta e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - 56,69%, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu - 38,59%.

## Notas Explicativas

### *Controladas e controladas em conjunto*

Nas informações trimestrais da controladora os saldos de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação das transações e dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas e controladas em conjunto;
- A controlada em conjunto ETAU está sendo considerada pelo método proporcional de 52,5838% a partir de 31/12/2007;
- A controlada em conjunto Brasnorte está sendo considerada pelo método proporcional de 38,67% a partir de 10/09/2009 (35% entre 31/03/2008 e 09/09/2009);

Abaixo encontram-se relacionadas as concessões do Grupo Taesa, cujo objeto é a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e a implantação, operação e manutenção de instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (SIN), pelo prazo de 30 anos.

Concessões	Data de Aquisição	Contrato de Concessão	Início da Concessão	Término da Concessão	% de participação	Localidade das subestações	Extensão/Tensão da linha de transmissão
TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.	(b)	6/6/2006	097/2000	20/12/2000	20/12/2030	Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA	1.062 km 500 kV
						Sapeaçu - BA	7 km 230kV
Munirah - Transmissora de Energia S.A.	(a) (b)	31/3/2006	006/2004	18/2/2004	18/2/2034	Camaçari - BA Goianinha - PE	107 km 500 kV
Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.	(a) (b)	30/11/2007	001/2002	21/1/2002	21/1/2032	Mussurê - PB	51 km 230 kV
Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A.	(a) (b)	30/11/2007	087/2002	11/12/2002	11/12/2032	Paraíso - RN Açu - RN Imperatriz - MA Colinas - TO	135 km 230 kV
Novatrans Energia S.A.	(b)	6/6/2006	095/2000	20/12/2000	20/12/2030	Miracema - TO Gurupi - TO Serra da Mesa - GO Samambaia - DF	1.278 km 500 kV
ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S. A.	(c)	28/12/2007	082/2002	18/12/2002	18/12/2032	52,5838% Campos Novos - SC Barra Grande - SC Lagoa Vermelha - RS Santa Marta - RS	188 km 230 kV

## Notas Explicativas

Concessões	Data de Aquisição	Contrato de Concessão	Início da Concessão	Término da Concessão	% de participação	Localidade das subestações	Extensão/Tensão da linha de transmissão
ESEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	(b)	31/5/2008	040/2000	12/5/2000	12/5/2030	Taquaraçu - SP	440
						Assis - SP	502 km kV
Brasnorte Transmisso ra de Energia S.A.	(c)	17/9/2007	003/2008	17/3/2008	17/3/2038	Sumaré - SP	
						Juba - MT	
						Jauru - MT	
					38,67%	Brasnorte - MT	382 km
						Nova Mutum -MT	230 kV
<b>Total</b>							<b>3.712 km</b>

(a) Concessões incorporadas pela TSN na data de sua aquisição;

(b) Concessões incorporadas na Companhia em 31/12/2010; e

(c) Controladas em conjunto da Companhia em 31/12/2010.

## 2 Apresentação das informações trimestrais

### *Informações trimestrais consolidadas*

As informações trimestrais consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas do Grupo e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações trimestrais.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas na Nota Explicativa 1, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que cesse tal controle.

## Notas Explicativas

### *Informações trimestrais da controladora*

As informações trimestrais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.informações trimestrais

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

Na elaboração das informações trimestrais (ITR), todas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na Imprensa Oficial em 28 de março de 2011. Dessa forma, as informações trimestrais (ITR) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

### **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### *Contas a receber de clientes e outros recebíveis*

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Caixa e bancos	1.258	1.115	712	544
Aplicações financeiras	639.178	413.463	635.324	409.791
	<u>640.436</u>	<u>414.578</u>	<u>636.036</u>	<u>410.335</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

A seguir, está representada a composição da carteira de aplicações financeiras:

## Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de investimento (a):				
CDB	135.102	85.309	134.733	85.106
LFT	449.109	157.267	447.880	156.892
NTN	-	143.455	-	143.114
Outros	20.228	24.738	20.232	24.679
Certificado de Depósito Bancário	2.200	2.694	-	-
Fundo Bradesco	32.479	-	32.479	-
	<u>639.178</u>	<u>413.463</u>	<u>635.324</u>	<u>409.791</u>

(a) **NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento** - o Fundo de Investimento possui demonstrações financeiras auditadas, considerando o exercício social com início em 1º de novembro de cada ano e término em 31 de outubro do ano subsequente, e está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 23.

## 6 Outros investimentos

A seguir, está representada a composição da carteira de outros investimentos:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de investimento (a):				
CDB	-	6.098	-	6.098
LFT	-	11.242	-	11.242
NTN	-	10.255	-	10.255
Outros	-	1.768	-	1.768
Certificado de Depósito bancário	1.873	1.837	-	-
Fundo Bradesco - Depósito Vinculado	-	31.635	-	31.635
	<u>1.873</u>	<u>62.835</u>	<u>-</u>	<u>60.998</u>

(a) **NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento** - vide explicação na nota anterior.

A Companhia e sua controlada em conjunto Brasnorte são as únicas quotistas do fundo de investimento NVT Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento, que foi incluído nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As aplicações financeiras a longo prazo referem-se basicamente aos saldos vinculados mantidos pelas concessões TSN, ETAU e Novatrans, sendo as duas primeiras para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a última para o Sindicato de Bancos (Citibank, BNP Paribas e Santander) respectivamente.

## Notas Explicativas

Em virtude dos empréstimos com o BNDES terem sido liquidados pela Companhia em dezembro de 2010, em 06 de janeiro de 2011 o BNDES liberou as concessões TSN e Novatrans da manutenção de saldos de aplicações financeiras à longo prazo.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 23.

### 7 Contas a receber de clientes e concessão de serviços

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Contas a receber de clientes (a)	87.711	88.004	85.063	85.860
Recebíveis de concessão de serviços (b)	3.272.076	3.312.077	3.082.448	3.122.785
	<u>3.359.787</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.167.511</u>	<u>3.208.645</u>
Circulante	630.741	630.356	613.098	613.894
Não Circulante	2.729.046	2.769.725	2.554.413	2.594.751
	<u>3.359.787</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.167.511</u>	<u>3.208.645</u>

(a) Contas a receber de clientes:

	Consolidado				31/12/2010
	31/03/2011			Total	
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		
Industrial (i)	2.926	483	1.750	5.159	4.776
Suprimento a outras concessionárias (ii)	87.502	124	396	88.022	86.230
Comércio, serviços e outros (iii)	(5.470)	-	-	(5.470)	(3.002)
	<u>84.958</u>	<u>607</u>	<u>2.146</u>	<u>87.711</u>	<u>88.004</u>

	Controladora				31/12/2010
	31/03/2011			Total	
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias		
Industrial (i)	2.853	473	1.711	5.037	4.674
Suprimento a outras concessionárias (ii)	84.989	119	388	85.496	84.126
Comércio, serviços e outros (iii)	(5.470)	-	-	(5.470)	(2.940)
	<u>82.372</u>	<u>592</u>	<u>2.099</u>	<u>85.063</u>	<u>85.860</u>

(i) Industrial - consumidores livres (indústrias)

(ii) Suprimento a outras concessionárias - geradoras, transmissoras e distribuidoras

(iii) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2010, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, deverão ser cobrados no exercício de 2011.

(b) Recebíveis de concessão de serviços:

Em 31 de março de 2011 a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço de R\$3.272.076, representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. Os juros incorridos desde o início da construção foram de R\$3.643.813.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada através da metodologia do CAPM (*Capital*

## Notas Explicativas

*Asset Pricing Model*) e tendo na sua composição os valores observados à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 7,8 e 14,48%, de concessão para concessão, considerando características específicas de cada concessão e suas datas de investimento.

Em 31 de março de 2011 a Companhia registrou uma receita de R\$ 172.055, composta de R\$ 59.041 relativos à serviços de operação e manutenção, R\$ 105.292 relativos à receita de construção de reforços e remuneração do recebível de concessão de serviço (ativo financeiro) e R\$7.722 de outras receita operacionais, sendo R\$7.625 referente a subvenção fiscal das concessões TSN e Novatrans (vide Notas Explicativas 17 e Nota Explicativa 24) e R\$ 97 de receita de prestação de serviços (Taesa Serviços).

### *Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)*

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade.

A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções emitidas pela Aneel:

- Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 - Resolução Aneel nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

<b>Ciclo 2010-2011</b>	<b>RAP- RB</b>	<b>RAP - RBF</b>	<b>RAP - DIT</b>	<b>RPEC</b>	<b>PA - Apuração</b>
TSN	315.383	-	-	-	(2.439)
MUNIRAH	23.029	-	-	-	(196)
GTESA	5.775	-	-	-	(49)
PATESA	13.505	-	-	-	(115)
NOVATRANS	337.500	-	-	-	(2.495)
ETAU (a)	12.721	1.163	623	-	(372)
ETEO	114.194	-	-	-	(972)
BRASNORTE (a)	6.021	604	-	30	189
Total	<u>828.128</u>	<u>1.767</u>	<u>623</u>	<u>30</u>	<u>(6.449)</u>

- Ciclo 2009-2010 - RAP no período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010 - Resolução Aneel nº 843 de 25 de junho de 2009:

<b>Ciclo 2009-2010</b>	<b>RAP- RB</b>	<b>RAP - RBF</b>	<b>RAP - DIT</b>	<b>RPEC</b>	<b>PA - Apuração</b>
TSN	297.910	-	-	-	(3.774)
MUNIRAH	22.104	-	-	-	(283)
GTESA	5.544	-	-	-	(71)
PATESA	12.963	-	-	-	(166)
NOVATRANS	323.955	-	-	-	(4.149)
ETAU (a)	12.495	1.765	965	-	(43)
ETEO	109.611	-	-	-	(1.404)
BRASNORTE (a)	5.723	575	-	29	-
Total	<u>790.305</u>	<u>2.340</u>	<u>965</u>	<u>29</u>	<u>(9.890)</u>

## Notas Explicativas

(a) Valores proporcionais a participação da Companhia nas concessionárias.

Onde:

- RAP - RB = Receita Básica;
- RAP - RBF = Receita Básica de Fronteira;
- RAP - DIT = Receita das Demais Instalações;
- RPEC = Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas; e
- PA-APURAÇÃO = Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2008-2009/2009-2010).

### *Rateio de antecipação*

A ANEEL, por meio de Ofício nº 237/2005-SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo, no período de janeiro a março de 2011, o montante de R\$ 4.379 (R\$ 2.664 no período de janeiro a março de 2010).

### *Acordo de concessão de serviços*

O Grupo, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte e ETAU, assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na Nota Explicativa 1.

Abaixo encontram-se as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

**Receita Anual Permitida** - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

**Ativo financeiro indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

## Notas Explicativas

**Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão.

**Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à receita anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) da receita anual de operação, manutenção e construção do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso da concessão Brasnorte não há decréscimo da receita faturada do 16º (décimo sexto) ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

**Parcela Variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 06 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor da receita anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

**Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, nos termos, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

**Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3o do art. 4o da Lei no 9.074/95, mediante requerimento da TRANSMISSORA. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

**Notas Explicativas****8 Impostos e contribuições sociais**

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL antecipados	-	370	-	370
PIS e COFINS a compensar (a)	5.246	5.252	5.246	5.247
IRPJ e CSLL a compensar (b)	2.692	868	2.692	868
Imposto de renda retido na fonte (c)	14.281	19.252	14.088	19.061
IR, CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833 (d)	1.899	1.759	1.866	1.725
Outros (e)	3.688	3.709	3.687	3.709
	<u>27.806</u>	<u>31.210</u>	<u>27.579</u>	<u>30.980</u>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL correntes (f)	2.294	7.174	2.135	7.036
PIS e COFINS	2.297	2.516	2.191	2.426
INSS e FGTS	1.035	1.123	1.015	1.091
ISS	629	848	66	268
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	119	244	26	143
ICMS	10	120	10	100
Outros (g)	1.129	4.164	1.120	3.820
	<u>7.513</u>	<u>16.189</u>	<u>6.563</u>	<u>14.884</u>

- (a) Refere-se à créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, calculados à alíquota de 9,25% sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços oriunda das atividades da Taesa Serviços (sucédida pela Taesa), bem como créditos de PIS e COFINS oriundos de recolhimentos efetuados a maior pela TSN (sucédida pela Taesa) em períodos anteriores .
- (b) Refere-se basicamente aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados pela TSN (sucédida pela Taesa) no ano-calendário de 2008 e pela ETEO, Taesa Serviços, Novatrans e Alterosa (sucédidas pela Taesa) no ano-calendário de 2010.
- (c) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.
- (d) Refere-se aos impostos e contribuições sociais (IR, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela Taesa Serviços, ETEO (sucédidas pela Taesa) e Brasnorte.
- (e) Refere-se basicamente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio apurado pela ETEO (sucédida pela Taesa) no ano-calendário de 2010 (sucédida pela Taesa).
- (f) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais de IRPJ e CSLL calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela Taesa e Brasnorte, bem como a provisão de IRPJ e CSLL apurada pela ETAU calculada com base no regime do lucro presumido.
- (g) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento, bem como ao imposto retido na fonte sobre mútuo a ser recolhido pela ETEO (sucédida pela Taesa) e Brasnorte.

## Notas Explicativas

### 9 Impostos e contribuições diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos no prazo máximo de 10 anos.

		Consolidado		Controladora	
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
<b>Ativo</b>					
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	(b)	32.264	36.757	32.264	36.757
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(b)	8.242	20.882	6.265	18.797
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	(a)	575.053	581.025	575.053	581.025
		<u>615.559</u>	<u>638.664</u>	<u>613.582</u>	<u>636.579</u>
<b>Passivo</b>					
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT		<u>167.076</u>	<u>170.635</u>	<u>167.076</u>	<u>170.635</u>
		<u>167.076</u>	<u>170.635</u>	<u>167.076</u>	<u>170.635</u>

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2009, da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das companhias.

- (b) Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da companhia indicam a recuperação dos impostos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia em seu mercado de atuação.

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

Expectativa de realização	2011	2012	Total
<b>Prejuízos fiscais</b>			
Imposto de Renda	20.802	2.922	23.724
Contribuição Social	7.488	1.052	8.540
	<u>28.290</u>	<u>3.974</u>	<u>32.264</u>
<b>Diferenças temporárias</b>			
Imposto de Renda	6.062	-	6.062
Contribuição Social	2.180	-	2.180
	<u>8.242</u>	<u>-</u>	<u>8.242</u>
	<u>36.532</u>	<u>3.974</u>	<u>40.506</u>

## Notas Explicativas

As Administrações da Companhia e de suas controladas em conjunto elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

De acordo com o art.510 do Regulamento de Imposto de Renda – RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Consolidado					
		31/03/2011			31/12/2010		
		IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias ativas</b>							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico - Prov. Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Rateio de antecipação - PA ajuste	7.463	1.866	672	2.538	1.166	420	1.586
Provisão bônus empregados	-	-	-	-	91	33	124
Provisão fornecedores	233	58	21	79	351	126	477
Provisão parcela variável	5.470	1.368	492	1.860	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	10.400	2.742	985	3.727	3.068	1.107	4.175
Total do Ativo		<u>6.062</u>	<u>2.180</u>	<u>8.242</u>	<u>15.353</u>	<u>5.529</u>	<u>20.882</u>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>							
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	491.399	122.850	44.226	167.076	125.467	45.168	170.635
Total do Passivo		<u>122.850</u>	<u>44.226</u>	<u>167.076</u>	<u>125.467</u>	<u>45.168</u>	<u>170.635</u>
<b>Controladora</b>							
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Controladora					
		31/03/2011			31/12/2010		
		IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias ativas</b>							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico - Prov. Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Rateio de antecipação - PA ajuste	7.227	1.807	650	2.457	1.129	406	1.535
Provisão bônus empregados	-	-	-	-	91	33	124
Provisão fornecedores	233	58	21	79	342	123	465
Provisão parcela variável	5.470	1.368	492	1.860	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	5.382	1.347	484	1.831	1.583	570	2.153
Total Ativo		<u>4.608</u>	<u>1.657</u>	<u>6.265</u>	<u>13.822</u>	<u>4.975</u>	<u>18.797</u>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>							
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	491.399	122.850	44.226	167.076	125.467	45.168	170.635
Total passivo		<u>122.850</u>	<u>44.226</u>	<u>167.076</u>	<u>125.467</u>	<u>45.168</u>	<u>170.635</u>

## Notas Explicativas

### 10 Tributos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
<b>Ativo</b>				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias - RTT	1.067	729	1.058	729
	<u>1.067</u>	<u>729</u>	<u>1.058</u>	<u>729</u>
<b>Passivo</b>				
PIS e COFINS diferidos sobre diferenças temporárias - RTT	92.028	93.378	83.577	84.922
	<u>92.028</u>	<u>93.378</u>	<u>83.577</u>	<u>84.922</u>

### 11 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Cíveis (a)	1.439	1.439	1.244	1.244
Fiscais (b)	2.012	2.012	2.012	2.012
Trabalhistas	128	128	129	129
	<u>3.579</u>	<u>3.579</u>	<u>3.385</u>	<u>3.385</u>

#### (a) Cíveis

Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN e Taesa Serviços (sucidadas pela Taesa), ETAU e Brasnorte, relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi efetuado provisão para contingências, haja vista que a expectativa de perda nesse processo é remota.

#### (b) Fiscais

- **Contribuição previdenciária:** Mandado de segurança impetrado pela TSN (sucidadada pela Taesa) visando a obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito foi efetuado exclusivamente para obtenção de certidão negativa e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo, no montante de R\$ 727 em 31 de março de 2011.
- **Contribuições ao PIS e à COFINS:** Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN (sucidadada pela Taesa) em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário de 2001. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo, no montante de R\$ 514 em 31 de março de 2011.
- **IPI:** Ação anulatória de débito fiscal de IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucidadada pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto de crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com

## Notas Explicativas

expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo, no montante de R\$ 771 em 31 de março de 2011.

### 12 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 2.405 no período de janeiro a março de 2011 (R\$ 84.267 no período de janeiro a março de 2010) de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Nos períodos de janeiro a março de 2011 e 2010 a Companhia não recebeu dividendos de companhias registradas por equivalência patrimonial. Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Com exceção da equivalência patrimonial que está apresentada pela participação da Companhia em suas controladas e controladas em conjunto, todas as outras informações dos quadros a seguir foram apresentadas de forma integral (100%).

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio Líquido
<b>31/03/2011</b>							
ETAU	22.547	97.895	120.442	21.870	39.380	61.250	59.192
Brasnorte	28.431	241.923	270.354	16.305	67.899	84.204	186.150
	<u>50.978</u>	<u>339.818</u>	<u>390.796</u>	<u>38.175</u>	<u>107.279</u>	<u>145.454</u>	<u>245.342</u>
<b>31/03/2010</b>							
TSN	322.037	1.010.500	1.332.537	210.982	457.977	668.959	663.578
Novatrans	334.574	1.252.713	1.587.287	177.411	598.800	776.211	811.076
ETEO	130.512	414.984	545.496	26.207	90.453	116.660	428.836
ETAU	25.109	99.805	124.914	26.164	46.933	73.097	51.817
Brasnorte	21.021	225.449	246.470	7.198	67.664	74.862	171.608
Taesa Serviços	11.531	27.540	39.071	2.524	3.766	6.290	32.781
	<u>844.784</u>	<u>3.030.991</u>	<u>3.875.775</u>	<u>450.486</u>	<u>1.265.593</u>	<u>1.716.079</u>	<u>2.159.696</u>

	Participação	Quantidade de ações	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
<b>31/03/2011</b>						
ETAU	52,58%	34.895.364	6.587	(2.627)	3.960	2.082
Brasnorte	38,67%	179.052.000	7.379	(6.574)	805	311
			<u>13.966</u>	<u>(9.201)</u>	<u>4.765</u>	<u>2.394</u>
<b>31/03/2010</b>						
TSN	100,00%	345.685.809	73.859	(33.378)	40.481	40.481
Novatrans	100,00%	407.322.896	67.469	(33.607)	33.862	33.862
ETEO	100,00%	37.257.198	20.683	(10.183)	10.500	10.500
ETAU	52,58%	34.895.364	6.328	(3.617)	2.711	1.425
Brasnorte	38,67%	179.052.000	4.602	(6.199)	(1.597)	(618)
Taesa Serviços	100,00%	42.396.340	375	(1.760)	(1.384)	(1.384)
			<u>173.316</u>	<u>(88.744)</u>	<u>84.573</u>	<u>84.267</u>

### 13 Intangível

	Vida útil	Consolidado	
		31/03/2011	31/12/2010
<b>Com vida útil definida</b>			
Softwares	5 anos	705	774
<b>Com vida útil indefinida</b>			
Incorporação da Munirah (a)	Indefinida	3.352	3.352
Patentes e marcas registradas	Indefinida	<u>33</u>	<u>33</u>
		<u>4.090</u>	<u>4.159</u>

## Notas Explicativas

- (a) O ágio pela aquisição da Munirah é baseado na expectativa de rentabilidade futura e a partir de 1º de janeiro de 2009, deixou de sofrer amortização e deverá ter sua recuperabilidade testada pelo menos anualmente de acordo com o CPC01.

### 14 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado							31/03/2011	31/12/2010
	Passivo Circulante			Não Circulante					
	Encargos da Dívida	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda Nacional									
BNDES	99	3.497	-	3.596	20.402	-	20.402	23.998	24.955
Sindicato de bancos	254	16.199	-	16.453	28.349	-	28.349	44.802	48.852
Caixa Econômica Federal	170	4.191	(142)	4.219	17.804	(264)	17.540	21.759	22.761
	<u>523</u>	<u>23.887</u>	<u>(142)</u>	<u>24.268</u>	<u>66.555</u>	<u>(264)</u>	<u>66.291</u>	<u>90.559</u>	<u>96.568</u>
ETAU	99	3.497	-	3.596	20.402	-	20.402	23.998	24.955
NOVATRANS	254	16.199	-	16.453	28.349	-	28.349	44.802	48.852
BRASNORTE	170	4.191	(142)	4.219	17.804	(264)	17.540	21.759	22.761
	<u>523</u>	<u>23.887</u>	<u>(142)</u>	<u>24.268</u>	<u>66.555</u>	<u>(264)</u>	<u>66.291</u>	<u>90.559</u>	<u>96.568</u>

#### Parcelas vencíveis a longo prazo por indexador

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
URTJ	3.031	3.031	3.031	3.031	3.031	2.528	17.683
UMBND	466	466	466	466	466	389	2.719
CDI	15.291	20.389	4.189	4.189	2.095	-	46.153
(-) Custos CEF	<u>(86)</u>	<u>(88)</u>	<u>(58)</u>	<u>(29)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(264)</u>
	<u>18.702</u>	<u>23.798</u>	<u>7.628</u>	<u>7.657</u>	<u>5.589</u>	<u>2.917</u>	<u>66.291</u>

Fonte	Concessão	Início do Pagamento	Juros	Despesa Financeira em 31/03/2011	Parcelas a Vencer em 31/03/2011	Vencimento do Contrato
<b>BNDES</b>						
<b>ETAU(a)</b>						
	Subcrédito "A" e "C"		Cesta de Moedas + 4,0% a.a.	572	82	15/1/2018
	Subcrédito "B" e "D"	15/2/2006	TJLP + 4,0% a.a.			
<b>CEF</b>						
	<b>Brasnorte (b)</b>	10/7/2010	117,5% do CDI	690	63	10/6/2016
<b>SINDICATO DE BANCOS</b>						
	Novatrans(c)	19/12/2006	CDI + 0,90% a.a.	1.324	33	15/12/2013

## Notas Explicativas

- (a) O empréstimo com o BNDES foi obtido para a construção da linha de transmissão da concessão.
- (b) Em 10 de junho de 2010, a controlada compartilhada Brasnorte obteve junto a Caixa Econômica Federal - CEF um financiamento de capital de giro de longo prazo no montante de R\$ 65.000. O financiamento possui as seguintes garantias: aval corporativo dos principais sócios da Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A (não solidário e limitado a participação de cada sócio na Companhia), penhor de 100% das ações detidas pelos sócios e cessão fiduciária dos direitos creditórios. O prazo do financiamento é de 6 anos, sem carência, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 117,5% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros. O valor dos juros e principal é devido em 72 parcelas mensais, tendo sido o primeiro pagamento efetuado em 12 de julho de 2010. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 529 (valor proporcional a participação na controlada em conjunto Brasnorte) e a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimo foi de 2,16%.
- (c) Financiamento feito por meio do Sindicato de bancos representado por Santander Banespa S.A, BNP Paribas Brasil S.A e Citibank S.A. A Novatrans foi incorporada pela Taesa em 31/12/2010.

Cláusulas Restritivas	BNDES	Sindicato de Bancos (empréstimos)	CEF
	ETAU	Novatrans	Brasnorte
Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é trimestral.	x		
Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" aberta para tal fim.	x		x
Constituir em favor do BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.	x		
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar os direitos creditórios dados em garantia, sem prévio e expresso consentimento da CAIXA. A Companhia obriga-se a não alienar ou oferecer em garantia o seu ativo permanente, sem prévia anuência da CEF. Na hipótese de venda, total ou parcial, das ações pertencentes a qualquer dos acionistas a um terceiro estranho à sociedade, será necessária prévia autorização. Apresentar trimestralmente cópia devidamente registrada pelo			x

**Notas Explicativas**

Cláusulas Restritivas	BNDES	Sindicato de Bancos (empréstimos)	CEF
	ETAU	Novatrans	Brasnorte
órgão competente de seu Estatuto Social e eventuais alterações.			
Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).	X	X	
Sem prévia autorização do BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank): não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.	X	X	
Não firmar contratos de mútuo entre pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença, bem como não efetuar redução de seu Capital Social até a liquidação de todas as obrigações assumidas, sem prévia anuência do Sindicato de Bancos(Santander, BNP Paribas e Citibank).		X	
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia anuência do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de comunicação nesse sentido.		X	
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.	X		
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.		X	
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a sua atividade devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.			X

Em 31 de março de 2011 a Companhia e suas controladas em conjunto apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam, aos limites estabelecidos nos contratos.

## Notas Explicativas

### 15 Debêntures

	Controladora							
	Passivo Circulante			Não Circulante			Total	
	Encargos da Dívida	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	31/03/2011	31/12/2010
Debêntures (Taesa)	72.260	(1.766)	70.494	1.426.400	(5.150)	1.421.250	1.491.744	1.444.728

#### Parcelas vencíveis a longo prazo por indexador

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
CDI	-	115.000	327.500	327.500	195.000	195.000	1.160.000
IPCA	-	88.800	88.800	88.800	-	-	266.400
(-) Custos Debêntures	(1.736)	(1.472)	(1.163)	(608)	(106)	(65)	(5.150)
	<u>(1.736)</u>	<u>202.328</u>	<u>415.137</u>	<u>415.692</u>	<u>194.894</u>	<u>194.935</u>	<u>1.421.250</u>

Fonte	Concessão	Início do Pagamento	Juros	Despesa Financeira em 31/03/2011	Parcelas a Vencer em 31/03/2011	Vencimento do Contrato
<b>SINDICATO DE BANCOS</b>						
	Taesa(a)	15/7/2011	CDI+1,3 %a.a	10.794	5	15/7/2015
	Taesa (a)	16/7/2011	IPCA+7,91% a.a	5.235	5	15/7/2015
<b>ITAÚ</b>						
	Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,4 %a.a	12.789	10	15/12/2015
	Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,6 %a.a	7.496	14	15/12/2017
	Taesa (b)	15/6/2011	CDI+1,6 %a.a	4.437	14	15/12/2017

(a) Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 (sessenta mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) da Primeira Série, no valor de R\$ 345.000 e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) da Segunda Série, no valor de R\$ 255.000, perfazendo um valor total de R\$ 600.000. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da TAESA foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto totalizando R\$ 602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão).

As Debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- Espécie: Quirografia;
- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série e Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e
- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série não será atualizado. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será

## Notas Explicativas

atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o “IPCA”).

- Remuneração:
  - 1ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento); e
  - 2ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91% (sete inteiros e noventa e um centésimos por cento).
- Data de Pagamento dos juros: Os juros incidentes sobre as debêntures da Primeira Série e Segunda Série serão pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.
- Prazo de Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 (quinhentas e cinquenta) notas promissórias comerciais da terceira emissão da Emissora, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$ 1.000. As Notas Promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$ 550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% (cento e treze por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas Notas Promissórias foi efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R\$ 592.605, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente será utilizado pela Emissora para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 3.094.

- (b) Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 (oito mil cento e cinquenta) Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 100.000, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) da Primeira Série, no valor de R\$ 425.000, 2.450 (duas mil quatrocentas e cinquenta) da Segunda Série, no valor de R\$ 245.000 e 1.450 (mil quatrocentas e cinquenta) da Quarta Série, no valor de R\$ 145.000, perfazendo um valor total de R\$ 815.000. A quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurada em Procedimento de Bookbuilding.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a companhia no dia 17 de dezembro totalizando R\$ 815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão).

As Debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.

## Notas Explicativas

- Espécie: As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série são da espécie quirografária. As Debêntures da Quarta Série são da espécie subordinada, até que sejam convoladas para debêntures da espécie quirografária.
- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2015. As Debêntures da Segunda e Quarta Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da Primeira, Segunda e Quarta Série não será atualizado.
- Remuneração:
  - 1ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento).
  - 2ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento).
  - 4ª série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento).
- Data de Pagamento dos juros:
  - 1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da Primeira Série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no Dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o 1º pagamento devido em 15 de junho de 2011 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2015.
  - 2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da Segunda e Quarta Série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no Dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o 1º pagamento devido em 15 de junho de 2011 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2017.
- Prazo de Amortização:
  - 1ª série - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015.
  - 2ª série e 4ª série - O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda e Quarta Série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com

**Notas Explicativas**

vencimento 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

A emissão das Debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados ao aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia Novatrans Energia S.A e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A (sucidadas pela Taesa), nos montantes de R\$ 372.275 e até R\$ 434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$ 372.275 na Novatrans e R\$ 435.410 na TSN.

Cláusulas Restritivas	Sindicato de Bancos (1ª emissão de Debêntures)	ITAÚ ( 2ª emissão de Debêntures)
	Taesa	Taesa
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.		X
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto (i) por determinação legal, ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação de sua controladas TSN, Novatrans, ETEO, Taesa Serviços e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.		X
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000 ou seu equivalente em outra moeda.		X
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.		X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000 ou seu equivalente em outras moedas.		X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X

**Notas Explicativas**

Cláusulas Restritivas	Sindicato de Bancos (1ª emissão de Debêntures)	ITAÚ ( 2ª emissão de Debêntures)
	Taesa	Taesa
Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.	x	x
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza à seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	x	x

**16 Provisões**

A Companhia e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Trabalhistas	71	71	71	71
Fiscais	209	209	209	209
Cíveis	179	179	10	10
	<u>459</u>	<u>459</u>	<u>290</u>	<u>290</u>

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo.

## Notas Explicativas

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente à ações trabalhistas (reclamação de horas extras), discussão dos valores a pagar referentes à faixa de servidão, bem como manifestações de inconformidade relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Em 31 de março de 2011, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 58.215 (R\$ 57.923 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As principais causas classificadas como sendo de êxito possível pelas controladas da Taesa são:

- **TSN** (sucedida pela Taesa) - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em montante de R\$ 36.284, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 513.
- **Novatrans** (sucedida pela Taesa) - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2008, bem como manifestações de inconformidade referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 6.985.

A Novatrans e TSN (sucedidas pela Taesa) vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual está sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Baseado na opinião de seus consultores fiscais de que as chances de êxito nesse processo são prováveis, e na Interpretação Técnica nº 02/2006 emitida pelo IBRACON, nenhuma provisão foi constituída.

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária junto à ANEEL.

## 17 Imposto de renda

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por 5 (cinco) anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

## Notas Explicativas

### Correntes

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2010</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	103.002	104.049
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>(35.021)</u>	<u>(35.377)</u>
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Prejuízo fiscal apurado pela controladora	-	(5.148)
Prejuízo fiscal apurado pela Taesa Serviços (suciedida pela Taesa)	-	(471)
Prejuízo fiscal apurado pela Brasnorte	-	(249)
Complemento/reversão de provisões	(1.694)	739
Ajuste RTT – amortização de ágio Munirah (suciedida pela Taesa)	126	126
Ajuste RTT – novas regras CPC	(3.276)	(1.546)
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real - ETAU	601	323
Incentivo Fiscal IRPJ – SUDAM/SUDENE (a) (II)	2.593	4.927
Amortização de ágio Taesa Atlântico	17.252	-
Amortização de ágio Alterosa	4.276	-
Compensação de prejuízos fiscais	4.516	-
Outras	5	(334)
Imposto de renda e contribuição social (I)	<u>(10.622)</u>	<u>(37.010)</u>
Alíquota efetiva	10%	36%
Incentivo Fiscal IRPJ – Outros (II)	-	200
Efeito total de IRPJ e CSLL no resultado (I+II)	<u>(10.622)</u>	<u>(36.810)</u>

- **Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE**

Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à controlada TSN (suciedida pela Taesa) um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camaçari decorrentes da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN (suciedida pela Taesa) referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%.

Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans (suciedida pela Taesa) obteve junto à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 169.2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida nos Estados de Maranhão e Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma

## Notas Explicativas

quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM.

Em 31 de dezembro de 2010, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%.

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Considerando que TSN e Novatrans foram incorporadas à Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ estão sendo aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações, no ano-calendário de 2011.

### *Diferidos*

	<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/03/2010</b>
Imposto de renda	(14.369)	1.490
Contribuição social	<u>(5.177)</u>	<u>535</u>
	<u>(19.546)</u>	<u>2.025</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL.

## **18 Patrimônio líquido**

### *a. Capital social*

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.312.536, sendo representado por 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais.

O Estatuto Social prevê que a mesma está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 1.400.000, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

## Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2011 era a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Invest. em Part. Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	49,96%	-	0,00%	101.678.120	38,59%	101.678.120	38,59%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%	149.374.291	56,69%
Free Float	4.148.824	2,04%	8.297.648	13,83%	12.446.472	4,72%	-	-
Conselheiros	22	0,00%	-	0,00%	22	0,00%	-	-
Pessoas Vinculadas	2	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	-
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100,00%</b>	<b>263.498.907</b>	<b>100,00%</b>	<b>251.052.411</b>	<b>95,28%</b>

As ações preferenciais têm direito a voto, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 6º do estatuto social da Companhia, tais ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembléia Geral de Acionistas sobre:

- (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembléia Geral;
- (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
- (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4. I do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

### **b. Reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

### **c. Reserva especial**

Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2009 após a distribuição de dividendos intercalares e a destinação da reserva legal no montante de R\$ 106.330. Em 17 de novembro de 2010 a reserva foi revertida para pagamento de dividendos intermediários.

## Notas Explicativas

### *d. Reserva especial de ágio*

Com base do disposto na Instrução CVM nº 319 de 03 de dezembro de 1999, art 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$ 412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$ 182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa.

### *e. Remuneração aos acionistas*

O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 08 de novembro de 2010, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários referentes à conta de reserva de lucros registrada no balanço social aprovado pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia realizada em 16 de abril de 2010.

O valor total dos dividendos declarados é de R\$ 106.330, correspondentes a R\$ 0,403532623 (zero vírgula quatro zero três cinco três dois seis dois três centavos de real) por ação ordinária e preferencial, o que equivale a aproximadamente R\$ 1,210597868 (um real e dois um zero cinco nove sete oito seis oito centavos) por Unit.

Os dividendos foram pagos no dia 17 de novembro de 2010, com base nos dados cadastrais da instituição que detém a custódia das ações emitidas pela Companhia (Banco Itaú S.A.) no dia 08 de novembro de 2010.

A proposta da Administração para destinação do lucro líquido de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009, descrita abaixo, foi retificada na AGO da Taesa (vide nota explicativa 28).

#### **Total a destinar**

Lucro líquido de 2010	428.630
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas	333.415
	<u>762.045</u>
<b>Destinações</b>	
Lucro líquido de 2010	428.630
Reserva legal (5%)	(21.432)
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	(203.599)
Dividendos adicionais propostos (50%)	(203.599)
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas:	333.415
Reserva de lucros - Especial	(333.415)
Total destinado - Reserva legal	(21.432)
Total destinado - Dividendos	(407.198)
Total destinado - Reserva de lucros	(333.415)
Total destinado	<u>(762.045)</u>

## Notas Explicativas

### 19 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, suas controladas e controladas compartilhadas, profissionais-chave da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

**Controladores** - Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os controladores da Companhia eram a Cemig Geração e Transmissão S.A. (56,69%) e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu (38,59%).

**Controladas e controladas em conjunto**- A Companhia manteve transações com as controladas Novatrans, TSN, ETEO e Taesa Serviços, e as controladas em conjunto ETAU e Brasnorte. Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Novatrans, TSN e ETEO foram incorporadas à Companhia.

**Administradores** - No período compreendido entre janeiro a março de 2011, os Administradores perceberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 486 (R\$ 415 no período de janeiro a março de 2009), sendo contabilizadas como despesas como “pessoal - administradores”. Não ocorreram benefícios adicionais aos administradores.

#### *Remuneração do Conselho de Administração e respectivos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal*

1. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011:

- a. **Conselho de Administração**

Remuneração fixa: 100%

- b. **Comitês**

Os membros dos Comitês da Companhia não recebem remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.

- c. **Diretoria**

Remuneração fixa: 100%  
Remuneração Variável: n/a

- d. **Conselho fiscal**

Remuneração fixa: 100%

2. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o trimestre findo em 31 de março de 2011:

**Notas Explicativas**

<b>Trimestre findo em 31 de março de 2011</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa trimestral</b>	<b>344</b>	<b>1.104</b>	<b>63</b>	<b>1.511</b>
Salário ou pró-labore	344	545	63	952
Benefícios diretos e indiretos	n/a	559	n/a	559
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>344</b>	<b>1.104</b>	<b>63</b>	<b>1.511</b>

( n/a ) = Não Aplicável

3. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o trimestre findo em 31 de março de 2011:

<b>Trimestre findo em 31 de março de 2011</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
Valor da maior remuneração individual no trimestre	27	210	13	250
Valor da menor remuneração individual no trimestre	4	178	12	194
Valor médio de remuneração individual no trimestre	16	194	13	223

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 referentes às operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Dividendos a receber da ETAU	-	-	6.554	1.200
Contas a receber da Administração <b>(d)</b>	33	49	33	48
	<u>33</u>	<u>49</u>	<u>6.587</u>	<u>1.248</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Mútuo Taesa X Brasnorte <b>(b)</b>	-	1.622	-	2.644
Contas a Receber Taesa X ETAU <b>(b)</b>	20	20	43	42
Contas a Receber Taesa X Brasnorte	14	360	19	588
	<u>34</u>	<u>2.002</u>	<u>62</u>	<u>3.274</u>

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Dividendos a pagar	<u>203.600</u>	<u>203.600</u>	<u>203.600</u>	<u>203.600</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Contas a pagar Taesa X CEMIG <b>(a)</b>	298	298	297	298
Contas a pagar Taesa X Brasnorte <b>(b)</b>	411	402	668	655
Contas a pagar Brasnorte X Bimetal <b>(c)</b>	-	1.290	-	-
Conta a pagar ETAU X Eletrosul <b>(c)</b>	-	45	-	-
	<u>709</u>	<u>2.035</u>	<u>965</u>	<u>953</u>
<b>Resultado – Receita</b>				
Prestação de serviços Taesa X ETAU <b>(b)</b>	61	253	129	533
Prestação de serviços Taesa X Brasnorte <b>(b)</b>	36	139	58	227
Mútuo Taesa X Brasnorte <b>(b)</b>	34	148	55	383
	<u>131</u>	<u>540</u>	<u>242</u>	<u>1.143</u>
<b>Resultado - Despesa</b>				
Despesa ETAU X CEEE <b>(c)</b>	-	1.680	-	-
Despesa ETAU X Eletrosul <b>(c)</b>	-	522	-	-
Despesa Brasnorte X BIMETAL <b>(c)</b>	-	951	-	-
	<u>-</u>	<u>3.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**(a) Transações entre a Companhia e sua controladora - Taesa x CEMIG:**

Com base na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia, a Cemig Geração e Transmissão S.A efetuou o pagamento do valor total da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2009 - R\$ 419, ficando a Taesa com a obrigação de reembolsá-los em período posterior.

**(b) Transações entre as empresas controladas:**

**Taesa x Brasnorte - mútuo** - Em 16 de fevereiro de 2009 a Brasnorte e a Taesa assinaram um contrato, onde a Taesa como mutuante, entregou à Brasnorte como mutuária o montante de R\$42.193 à título de mútuo com encargos financeiros com base na variação de CDI + 6,6% a.a. Durante o exercício de 2009 o parte do saldo do mútuo foi utilizado para aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 38.430. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$2.700.

**Taesa x Brasnorte – contas a pagar** – Refere-se ao IRRF não retido sobre o pagamento de mútuo por parte da Brasnorte.

## Notas Explicativas

**Taesa x Etau – contas a receber** - As transações realizadas entre a Taesa Serviços (sucédida pela Taesa) e a ETAU referem-se a contrato de prestação de serviços de “Back office” para atividades administrativas, assinado em 03 de julho de 2008, no montante mensal de R\$ 39 reajustados anualmente pelo IGPM e com prazo de vigência de 4 (quatro) anos a partir da sua assinatura

**Brasnorte x Taesa – contas a receber** - Em 25 de abril de 2008 a Brasnorte e a TSN (sucédida pela Taesa) assinaram um contrato de comodato, onde a TSN como comodante, cedeu a Brasnorte, comodatária, parte do imóvel que é usado para a sede da Empresa. O contrato foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.636 de 25/04/2008. Não houve valor para o contrato assinado entre as partes.

(c) Transações entre as controladas em conjunto Etau e Brasnorte e seus outros acionistas:

O saldo no consolidado das transações abaixo refere-se à participação dos demais acionistas, não eliminada na consolidação:

**Brasnorte x Bimetal – contas a pagar** - O saldo registrado no passivo da Brasnorte refere-se a contratação da Bimetal para construção da linha de transmissão Brasnorte. Em 19 de março de 2008 a Brasnorte e a Bimetal assinaram um contrato de fornecimento de materiais e prestação de serviços, na modalidade empreitada integral, para a implantação das linhas de transmissão, objeto da concessão adquirida pela Brasnorte. O contrato assinado entre as partes possui valor total de R\$ 85.476. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$3.728.

**ETAU x Eletrosul e CEEE – contas as pagar** - Em 30 de dezembro de 2004 a ETAU e a CEEE (um de seus controladores) assinaram um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo período da concessão, em conformidade com os procedimentos de rede, a legislação aplicável e com eventuais determinações do ONS, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a operação e manutenção das instalações e equipamentos que compõem as concessões de transmissão da CEEE. O contrato foi substituído em 23 de junho de 2010 por dois novos contratos de O&M. Um desses contratos foi celebrado entre a ETAU e a CEEE e o outro entre a ETAU e a Eletrosul. Tal substituição se deve ao fato de que a CEEE cedeu parte do escopo do contrato de O&M para a Eletrosul, buscando otimizar a execução destas atividades. Ambos os contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (23/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE x ETAU - R\$ 135 (R\$ 270 nos seis primeiros meses) e Eletrosul x ETAU - R\$ 43 (R\$ 85 nos seis primeiros meses).

Em 15 de abril de 2004 a ETAU e a CEEE assinaram um contrato compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnicos - operacionais para implementação da linha de transmissão conforme determina o Edital de Licitação, com prazo até a extinção de uma das concessões. O contrato assinado entre as partes possui valor de R\$ 10 mensais atualizados anualmente, pelo IGP-M.

(d) Transações entre Taesa e membros da Administração:

Refere-se ao saldo a receber pela TSN (sucédida pela Taesa) dos membros da Administração do Grupo Taesa oriundo da venda dos veículos de propriedade da Companhia e de uso pelos mesmos. O contrato de compra e venda foi celebrado em 09 de fevereiro de 2010 pelas partes e o pagamento será realizado em 20 (vinte) parcelas iguais.

## Notas Explicativas

### 20 Cobertura de seguros

O Grupo Taesa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Para o processo de renovação realizado em 2010 foram alterados os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação. Destaca-se que essa alteração de critérios em nada impacta na exposição ao risco das controladas, mantendo-as com elevados níveis de segurança à potenciais sinistros.

Em 31 de março de 2011, as concessões do Grupo possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As concessões do Grupo, bem como outras empresas relevantes do setor, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma conseqüência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

<b>Risco Operacional (Subestações, Almoarifado, Instalações Prediais)</b>					
<b>Concessão</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>LMI</b>	<b>Prêmio Total</b>
NVT	Bradesco	19/08/10 a 19/08/11	166.055	40.000	306
TSN	Bradesco	19/08/10 a 19/08/11	259.170	40.000	329
ETEO	Bradesco	19/08/10 a 19/08/11	15.264	40.000	24
ETAU	Bradesco	19/08/10 a 19/08/11	10.146	40.000	14
BRAS	Tokio	17/09/10 a 17/09/11	44.101	40.000	61
<b>Responsabilidade Civil</b>					
<b>Concessão</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Prêmio Total</b>	<b>LMI</b>	<b>Taxa</b>
NVT	Zurich	19/08/10 a 19/08/11	46	10.000	0,4640%
TSN	Zurich	19/08/10 a 19/08/11	44	10.000	0,4408%
ETEO	Zurich	19/08/10 a 19/08/11	15	10.000	0,1469%
ETAU	Zurich	19/08/10 a 19/08/11	4	10.000	0,0386%
BRAS	Zurich	17/09/10 a 17/09/11	3	10.000	0,0304%
<b>Veículos (R\$)</b>					
<b>Concessão</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Total de Veículos</b>	<b>Prêmio Líquido</b>
NVT	Itaú Unibanco	19/08/10 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	51	108
TSN	Itaú Unibanco	19/08/10 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	34	105
ETEO	Yasuda	19/08/10 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	9	11
BRAS	Itaú Unibanco	19/02/11 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	6	9

## Notas Explicativas

Veículos Terceirizados					
Concessão	Seguradora	Vigência	Cobertura	Total de Veículos	Prêmio Líquido
TSN	Itaú Unibanco	19/08/10 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	7	20
ETEO	Yasuda	19/08/10 a 19/08/11	105% Tabela Fipe	9	21

### 21 Garantias

Em 31 de março de 2011 a Companhia oferecia as seguintes garantias para captação de recursos por meio de suas concessões:

Garantidor (concessões)	Beneficiário	Garantias de contratos de financiamento
ETAU	BNDES	1 - 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE e DME 2 - Direitos da concessão ETAU 3 - Recebíveis da concessão ETAU
Brasnorte	CEF	1 - 100% das ações da Brasnorte detidas pelas acionistas Taesa, Eletronorte e Bimetal 2 - Direitos creditórios da concessão Brasnorte 3 - Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte

### 22 Instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Para empréstimos, financiamentos e debêntures, o valor contábil não difere do valor justo dadas as condições contratuais desses instrumentos financeiros, que permitem carregá-los pelo valor de curva, pois não há qualquer cláusula de resgate ou liquidação que pudesse interferir na avaliação do valor justo na data de apresentação dessas informações trimestrais.

	Nota	Consolidado			
		31/3/2011		31/12/2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Outros Investimentos	6	1.873	1.873	62.835	62.835
Contas a receber de clientes	7	87.711	87.711	88.004	88.004
Recebíveis de concessão de serviços	7	3.272.076	3.272.076	3.312.077	3.312.077
		<u>3.361.660</u>	<u>3.361.660</u>	<u>3.462.916</u>	<u>3.462.916</u>

**Notas Explicativas**

<b>Passivo financeiro</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	90.559	90.559	96.568	96.568
Debêntures	15	1.491.744	1.491.744	1.444.728	1.444.728
		<u>1.582.303</u>	<u>1.582.303</u>	<u>1.541.296</u>	<u>1.541.296</u>

**Controladora**

		31/3/2011		31/12/2010	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Outros Investimentos	6	-	-	60.998	62.835
Contas a receber de clientes	7	85.063	85.063	85.860	88.004
Recebíveis de concessão de serviços	7	3.082.448	3.082.448	3.122.785	3.122.785
		<u>3.167.511</u>	<u>3.167.511</u>	<u>3.269.643</u>	<u>3.269.643</u>
<b>Passivo financeiro</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	44.802	44.802	48.852	48.852
Debêntures	15	1.491.744	1.491.744	1.444.728	1.444.728
		<u>1.536.546</u>	<u>1.536.546</u>	<u>1.493.580</u>	<u>1.493.580</u>

**Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

**Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

**Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo precificação baseado em dados observáveis de mercado.

**Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Existiram instrumentos financeiros alocados ao Nível 3 e não ocorreram transferências de Níveis no período observado.

Em 31 de março de 2011, a classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

<b>Consolidado</b>					
<b>31/3/2011</b>					
		Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível
<b>Ativos financeiros</b>					
Outros investimentos	6	1.873		1.873	2
Contas a receber de clientes	7	-	87.711	87.711	-
Recebíveis de concessão de serviços	7	-	3.272.076	3.272.076	3
		<u>1.873</u>	<u>3.359.787</u>	<u>3.361.660</u>	

**Notas Explicativas**

<b>Passivo financeiro</b>		<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	14	90.559	90.559
Debêntures	15	<u>1.491.744</u>	<u>1.491.744</u>
		<u>1.582.303</u>	<u>1.582.303</u>

**Consolidado  
31/12/2010**

<b>Ativos financeiros</b>		<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Nível</b>
Outros Investimentos	6	62.835	-	62.835	2
Contas a receber de clientes	7	-	88.004	88.004	-
Recebíveis de concessão de serviços	7	-	<u>3.312.077</u>	<u>3.312.077</u>	3
		<u>62.835</u>	<u>3.400.081</u>	<u>3.462.916</u>	

<b>Passivo financeiro</b>		<b>Outros ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	14	96.568	96.568
Debêntures	15	<u>1.444.728</u>	<u>1.444.728</u>
		<u>1.541.296</u>	<u>1.541.296</u>

**Controladora  
31/3/2011**

<b>Ativos financeiros</b>		<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Nível</b>
Contas a receber de clientes	7	85.063	85.063	-
Recebíveis de concessão de serviços	7	<u>3.082.448</u>	<u>3.082.448</u>	3
		<u>3.167.511</u>	<u>3.167.511</u>	

<b>Passivo financeiro</b>		<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	14	44.802	44.802
Debêntures	15	<u>1.491.744</u>	<u>1.491.744</u>
		<u>1.536.546</u>	<u>1.536.546</u>

**Controladora  
31/12/2010**

<b>Ativos financeiros</b>		<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Nível</b>
Outros Investimentos	6	60.998	-	60.998	2
Contas a receber de clientes	7	-	85.860	85.860	-
Recebíveis de concessão de serviços	7	-	<u>3.122.785</u>	<u>3.122.785</u>	3
		<u>471.333</u>	<u>3.208.645</u>	<u>3.679.978</u>	

**Notas Explicativas**

<b>Passivo financeiro</b>		<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	14	48.852	48.852
Debêntures	15	<u>1.444.728</u>	<u>1.444.728</u>
		<u>1.493.580</u>	<u>1.493.580</u>

Segue abaixo a conciliação entre os montantes de abertura e fechamento do Nível 3 (recebíveis de concessão de serviços) no período findo em 31 de março de 2011.

<b>Consolidado</b>						
	<b>Participação</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Adição</b>	<b>Juros</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/03/2011</b>
TSN	100,00%	1.156.928	-	30.071	(45.212)	1.141.789
ETEO	100,00%	490.670	215	13.505	(21.679)	482.711
NVT	100,00%	1.475.187	-	49.067	(66.308)	1.457.948
ETAU	52,58%	92.662	-	608	(1.162)	92.103
BRASNORTE	38,67%	<u>96.630</u>	<u>1.129</u>	<u>1.345</u>	<u>(1.577)</u>	<u>97.525</u>
<b>TOTAL</b>		<u>3.312.077</u>	<u>1.344</u>	<u>94.596</u>	<u>(135.938)</u>	<u>3.272.076</u>

<b>Controladora</b>						
	<b>Participação</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Adição</b>	<b>Juros</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>31/03/2011</b>
TSN	100,00%	1.156.928	-	30.071	(45.212)	1.141.789
ETEO	100,00%	490.671	215	13.505	(21.679)	482.711
NVT	100,00%	<u>1.475.187</u>	<u>-</u>	<u>49.067</u>	<u>(66.308)</u>	<u>1.457.948</u>
<b>TOTAL</b>		<u>3.122.785</u>	<u>215</u>	<u>92.643</u>	<u>(133.199)</u>	<u>3.082.448</u>

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os financiamentos existentes tratam-se de dívidas bancárias, a Companhia entende que o saldos contábeis apresentados em nosso balanço patrimonial refletem o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 31/03/2011, o valor do desembolso seria exatamente igual ao valor contabilizado.

No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos:

- **Outros investimentos:** as aplicações financeiras estão valorizadas pela taxa do CDI na data do balanço, que corresponde ao seu valor justo.
- **Recebíveis de concessão de serviços:** consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes) são classificados como “empréstimos e recebíveis”, já contabilizados

## Notas Explicativas

considerando os fluxos de recebimentos ajustados a valor presente, utilizando a taxa de retorno do investimento na data de apresentação concessão.

- **Empréstimos e financiamentos:** mensurados pelo “método do custo amortizado”, considerando-se as características contratuais dos empréstimos e financiamentos. Os valores justos para os financiamentos de BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os demais empréstimos e financiamentos já refletem a mensuração por taxas contratuais que representam os valores a liquidar na data de apresentação.
- **Debêntures:** mensuradas pelo valor do P.U. (preço unitário) divulgado diariamente pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Os valores justos para as debêntures são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que os saldos contabilizados já refletem a mensuração por preços de mercado na data de apresentação.

## 23 Gerenciamento de riscos

### a. Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de liquidez;
- (iii) Risco de mercado; e
- (iv) Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supracitados, os objetivos do Grupo, gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### b. Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco do Grupo visa identificar e analisar os riscos por ele enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo. A auditoria interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões pontuais de controles de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados a Administração.

### c. Tipos de risco

#### 1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes e em títulos

## Notas Explicativas

de investimento.

**Contas a receber** - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, a transmissora e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.”

São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelo usuário às concessionárias de transmissão e ao O.N.S, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e
- (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- (i) Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores;
- (ii) As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e
- (iii) Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

**Investimentos** - o Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em aplicações financeiras de caráter não especulativo, administradas por bancos de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### 2. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Historicamente o Grupo garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### 3. *Riscos de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de

## Notas Explicativas

mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

**Risco País** - O risco país decorre das decisões de política econômica, monetária e fiscal que podem ser implantadas pelo Governo Federal e que podem influenciar os resultados do Grupo que estão diretamente dependentes das variações das condições econômicas no país tais como, entre outras, inflação, custo da dívida e taxas de câmbio.

**Risco da moeda** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Real (R\$). O Grupo possui R\$ 3.197 (0,0020%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, porém de forma irrelevante.

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo. Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos, fazendo com que a contabilidade de hedge não seja aplicada nessas circunstâncias.

**Risco de taxa de juros** - O Grupo está exposto ao risco de não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e o das suas receitas, considerando o reajuste da receita de disponibilização de energia elétrica.

**Risco de inflação** - A receita do Grupo é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

**Risco de captação** - O Grupo poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

#### 4. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

## Notas Explicativas

- (i) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- (vii) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (viii) Treinamento e desenvolvimento profissional;
- (ix) Padrões éticos e comerciais; e
- (x) Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas do Grupo é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

**Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que o Grupo define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Curto prazo	94.762	54.017
Longo prazo	1.487.541	1.487.279
Dívida bruta	1.582.303	1.541.296
(-) Caixa e outros investimentos	(642.309)	(477.413)
(=) Dívida líquida	939.994	1.063.883
Dívida líquida/EBITDA padrão	6,76	1,53

Não houve alterações na abordagem do Grupo à administração de capital durante o ano.  
**Riscos Regulatórios** - o Grupo está sujeito a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Ministério do Meio Ambiente, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e à Bolsa de Valores (BM&FBovespa).

## Notas Explicativas

**Risco de seguros** - o Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar do Grupo adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança à potenciais sinistros, alguns tipo de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**Risco de interrupção do serviço** - em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para o Grupo.

**Risco de construção e desenvolvimento das infra-estruturas** - caso o Grupo expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

**Risco técnico** - a infra-estrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

**Risco de contencioso** - o Grupo está envolvido em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. O Grupo apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

### *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*.

A CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados um cenário provável e dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco de mercado considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

O cenário provável foi definido com base na expectativa da Administração para as variações de taxa de juros e cestas de moedas para o próximo exercício.

O quadro abaixo demonstra os valores dos instrumentos financeiros da Companhia para a data-base de 31 de março de 2011, 03 meses após a data-base de 31 de dezembro de 2010. Os valores apurados consideram a manutenção das taxas de juros e cesta de moedas demonstradas abaixo em cada um dos cenários para o período a encerrar-se em 31 de março de 2011:

## Notas Explicativas

Operação	Exposição (R\$ mil)		Risco	Controladora			Consolidado		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável	Cenário A	Cenário B	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
				*			*		
<b>Ativos Financeiros</b>									
Aplicações financeiras	635.324	641.051	Queda da taxa CDI	18.422	13.965	9.413	18.588	14.091	9.498
<b>Total</b>	<b>635.324</b>	<b>641.051</b>		<b>18.422</b>	<b>13.965</b>	<b>9.413</b>	<b>18.588</b>	<b>14.091</b>	<b>9.498</b>
<b>Referência para ativos financeiros:</b>				<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<b>CDI (%)</b>				<b>12,32%</b>	<b>9,24%</b>	<b>6,16%</b>	<b>12,32%</b>	<b>9,24%</b>	<b>6,16%</b>

\* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,32% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)		Risco	Controladora			Consolidado		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável	Cenário A	Cenário B	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
				*			*		
<b>Passivo Financeiro</b>									
Empréstimos e financiamentos									
- BNDES	-	3.197	Alta do dólar	-	-	-	61	79	97
- Sindicato	44.800	44.800	Alta da taxa CDI	1.299	1.607	1.909	1.299	1.607	1.909
- Debêntures - 1ª emissão	654.428	654.428	-	14.910	18.502	22.045	14.910	18.502	22.045
1ª Série	374.511	374.511	Alta da taxa CDI	10.860	13.433	15.955	10.860	13.433	15.955
2ª Série	279.917	279.917	Alta da taxa IPCA	4.050	5.069	6.090	4.050	5.069	6.090
- Debêntures - 2ª emissão	844.235	844.235	Alta da taxa CDI	24.480	30.281	35.967	24.480	30.281	35.967
- CEF	-	22.164	Alta da taxa CDI	-	-	-	643	795	944
<b>Total</b>	<b>1.543.463</b>	<b>1.568.824</b>		<b>40.689</b>	<b>50.390</b>	<b>59.921</b>	<b>41.332</b>	<b>51.264</b>	<b>60.962</b>
<b>Referência para passivos financeiros:</b>				<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>CDI (%)</b>				<b>12,32%</b>	<b>15,40%</b>	<b>18,48%</b>	<b>12,32%</b>	<b>15,40%</b>	<b>18,48%</b>
<b>Cesta de moedas **</b>				<b>0,030619</b>	<b>0,038274</b>	<b>0,045928</b>	<b>0,030619</b>	<b>0,038274</b>	<b>0,045928</b>
<b>IPCA (%)</b>				<b>0,48%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,48%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,72%</b>

\* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 12,32% e IPCA médio estimado de 0,48% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

\*\* Com relação à Cesta de Moedas, o critério adotado para o cálculo do cenário provável contempla uma variação entre a cotação do dólar prevista pelo mercado para 30/06/2011 (1,56) e o dólar de 31/03/2011 (1,6287), ou seja, de -4,22%. Esta variação é aplicada integralmente sobre a cotação da UMBNDES de 31/03/2011 (0,030619), devido à grande participação que o dólar possui em sua composição .

## Composição da Cesta de Moedas

US\$	96,44%
Iene	3,55%
Euro	0,01%

Vale ressaltar que na elaboração da análise de sensibilidade a Empresa considerou como fatores de risco para os instrumentos financeiros o CDI e a Cesta de Moedas. Os empréstimos

## Notas Explicativas

indexados à TJLP não foram apresentados, visto que a Empresa não considera esse indexador como fator de risco.

### 24 Receita operacional líquida

#### *Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica*

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de “Contas a receber de clientes e recebíveis de concessão de serviços”.

Abaixo apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

	<u>Consolidado</u>	
	31/03/2011	31/03/2010
Operação e manutenção	59.041	58.976
Receita de construção e remuneração dos recebíveis de concessão de serviços (nota explicativa 7)	105.292	104.792
Outras receitas operacionais (a)	<u>7.722</u>	<u>14.139</u>
Receita	<u>172.055</u>	<u>177.906</u>
PIS e COFINS	(6.090)	(6.013)
ISS	(9)	(14)
Quota para RGR e P&D	<u>(8.010)</u>	<u>(6.592)</u>
Deduções da receita	<u>(14.109)</u>	<u>(12.619)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>157.946</u></u>	<u><u>165.287</u></u>

(a) Refere-se à receita de prestação de serviços de back-office (Taesa Serviços) e à receita de subvenções fiscais (concessões Novatrans e TSN).

### 25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receitas financeiras:				
Renda de aplicação financeira	<u>14.424</u>	<u>4.330</u>	<u>14.285</u>	<u>438</u>
	<u>14.424</u>	<u>4.330</u>	<u>14.285</u>	<u>438</u>
Despesas financeiras:				
Encargos de dívidas	(43.304)	(35.926)	(42.020)	(10.212)
Variações monetárias	(5.985)	(1.868)	(6.060)	
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas (a)	<u>(904)</u>	<u>(192)</u>	<u>(783)</u>	<u>(27)</u>
	<u>(50.193)</u>	<u>(37.986)</u>	<u>(48.863)</u>	<u>(10.239)</u>
	<u><u>(35.769)</u></u>	<u><u>(33.656)</u></u>	<u><u>(34.578)</u></u>	<u><u>(9.801)</u></u>

## Notas Explicativas

- (a) Refere-se a despesas bancárias, custos com empréstimos e impostos e contribuições calculados sobre as demais receitas.

### 26 Compromissos assumidos

**Operação e manutenção da linha** - Com exceção das concessionárias abaixo descritas, todas as outras concessionárias do Grupo realizam as atividades de operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ETAU - Parte da atividade é realizada pela CEEE e parte pela Eletrosul; e
- Brasnorte - 100% das atividades realizadas pela Eletronorte.

**Aspectos ambientais** - A política nacional do meio ambiente determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores Companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos: econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por conseqüência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”).

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Dentre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão.

**Compensação Ambiental** - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

**IBAMA** - Em 26 de outubro de 2010 foi depositada a última parcela no valor de R\$ 1.421 (do total de quatro) em conta específica da Caixa Econômica Federal (“CEF”), referente ao Termo de Compromisso de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental nº 09/10, celebrado em 28 de abril de 2010, entre a Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (“TSN”) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (“ICMBIO”), totalizando o montante R\$ 5.681,

## Notas Explicativas

destinados ao Parque Nacional Chapada da Diamantina - BA. O ICMBio expediu em 23 de dezembro de 2010 o Termo de Quitação Total do valor acordado entre a TSN e o Instituto.

A Novatrans cumpriu com todas as obrigações de Compensação Ambiental, cuja aplicação, em Unidades de Conservação nos estados por onde passa a LT Norte-Sul II, totalizou em R\$ 6.042. A Novatrans está preparando o relatório final de prestação de contas que deverá ser enviado ao ICMBio no primeiro semestre de 2011.

Está em fase de assinatura, o Termo de Compromisso a ser celebrado entre ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Gestão Financeira pela Caixa Econômica Federal - CEF), no valor de R\$ 174 para aplicação indireta, via CEF, e o total de R\$ 140 para aplicação direta nas empresas já contratadas que executarão os serviços de Plano de Manejo e Projetos de Educação Ambiental, ambos em andamento na Floresta Nacional de Passo Fundo - RS. Em 2011 a ETAU aplicará o montante de R\$ 314, finalizando assim o cumprimento de sua Compensação Ambiental junto ao ICMBio no valor total de R\$ 655.

**FUNAI** - Encontra-se em andamento a celebração, junto à FUNAI\_DF, do Acordo Prévio de Cooperação Técnica, negociado previamente com FUNAI\_RS, que visa liquidar as obrigações ETAU relativas à Compensação Ambiental pela influência indireta da LT Campos Novos - Santa Marta sobre a Terra Indígena Carreteiro ("TI Carreteiro"). Por meio deste acordo será aplicado o valor de R\$ 790 em equipamentos e atividades, conforme a necessidade estabelecida por representantes da Comunidade Indígena. Destaca-se que os processos de compensação devidos à FUNAI das concessões TSN e Novatrans estão em negociação junto à Fundação.

A FUNAI\_DF, por meio do Ofício 895/2010 de 22 de novembro de 2010, emitiu um parecer à Procuradoria da República de Barreiras/BA, isentando a TSN da aplicação de recursos na Terra Indígena (TI) Avá Canoeiro, uma vez que o empreendimento não impacta na TI em questão. A TSN aguarda o pronunciamento do Procurador da Procuradoria da República de Barreiras/BA, anuindo como posicionamento da FUNAI\_DF. Destaca-se que a manifestação citada, encerrará as obrigações diante da TSN com a Fundação e finalizar o cumprimento da Condicionante 2.3 da Licença Prévia 98/2001 e 2.2 da Licença de Instalação 130/2001.

A Novatrans continua em negociação com a FUNAI/DF com o intuito de celebrar o Acordo de Compensação. A previsão é que este acordo seja celebrado em 2011.

**Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental** - Com exceção da Brasnorte, que entrou em operação comercial no 2º semestre de 2009, todas as concessionárias do Grupo Taesa desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Dentre os temas executados, destacam-se os listados abaixo:

- (i) prevenção e controle de queimadas;
- (ii) convívio seguro com as Linhas de Transmissão; e
- (iii) orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Ressalta-se que os projetos são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas as instalações.

Os Projetos Socioambientais, que compõem o programa ambiental de cada concessão, em sua maioria, são desenvolvidos pelas concessionárias de forma a atender demandas estabelecidas

## Notas Explicativas

por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de Operação e Manutenção (“O&M”) das instalações das Companhias - manutenção de faixas de servidão.

**Coleta Seletiva Voluntária** - Com o intuito de complementar sua atuação na área de Educação Ambiental e enfatizar uma gestão baseada na sustentabilidade, em 27 de setembro de 2010 o Grupo Taesa iniciou o processo de Coleta Seletiva Voluntária. Várias lixeiras coloridas foram distribuídas pelas dependências da Companhia, destinadas a resíduos que possam ser reaproveitados por meio da reciclagem, reduzindo o consumo de matérias primas e dos gastos de água e energia no processo de fabricação de novos materiais. Desta forma a Companhia torna-se ainda mais responsável pelo meio ambiente e o bem estar social.

### 27 Outras informações

**Avaliação de Desempenho** - Atentos à missão da Taesa, a estratégia do negócio e aos valores de nossa organização, consideramos a Gestão do Desempenho uma ferramenta essencial para alinhar os resultados do trabalho individual aos objetivos pretendidos pela Companhia.

Assim, em nosso ciclo de avaliação realizado em 2011, referente ao desempenho no ano de 2010, os colaboradores tiveram a oportunidade de se auto-avaliar, serem avaliados pelos seus gestores, avaliar seus gestores.

Para a Taesa, o desempenho avaliado refere-se a uma expectativa ou um padrão de comportamento estabelecido. É objetivo da Gestão do Desempenho entender como o colaborador está em relação a essa expectativa. Para o gestor, é uma oportunidade de conversa franca e direta sobre o que precisa ser ajustado com o seu colaborador, bem como melhorar a comunicação com a equipe. Para o colaborador, permite conhecer seus pontos positivos e aqueles que precisam ser desenvolvidos.

**Pagamento da PLR – Bônus** - O Programa de Remuneração Variável da Taesa está alinhado às práticas de mercado, com um diferencial que é a valorização do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) sobre o Bônus. Assim, não há uma “supervalorização” dos bônus gerenciais em detrimento do programa de participação nos lucros.

Para tal, cada colaborador sabe claramente quais são os objetivos da Organização e o quanto eles estão alinhados com o planejamento estratégico da Companhia, dando a cada um dos colaboradores a dimensão e importância de sua atuação.

**Fechamento dos Acordos com Sindicatos** - A Taesa possui relacionamento transparente com os Sindicatos vigentes, cujas relações são definidas em Acordo Coletivo.

A Taesa acredita que, por meio da comunicação eficaz e do bom relacionamento entre as partes ocorre a descoberta do interesse mútuo que resultará na elaboração de uma gama de acordos possíveis sempre em benefício para os colaboradores.

No 1º trimestre de 2011 a Taesa e um de seus Sindicatos ajustaram entre si a adesão, com aceitação dos colaboradores, do regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas, na forma de que dispõe a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

**Parcela Variável** - Os principais eventos contabilizados na parcela variável do primeiro trimestre de 2011 ocorreram nas concessões NVT e TSN. Na NVT, o principal evento ocorreu no SVC da subestação de Serra da Mesa em função de uma interrupção não programada de 163 minutos no mês fevereiro de 2011. Já na TSN, o principal evento ocorreu na linha de transmissão que liga Serra da Mesa à Rio das Éguas totalizando 84 minutos de interrupção não

## Notas Explicativas

programada no mês janeiro de 2011. A provisão contabilizada para os referidos eventos foi de R\$ 2.530.

**Cláusulas restritivas dos empréstimos do BNDES** - Em 06 de janeiro de 2011 o BNDES emitiu autorização formal liberando NVT e a TSN (sucidadas pela Taesa) das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos que tais concessões possuíam com o banco. Conseqüentemente, as contas correntes de longo prazo foram liberadas para a movimentação.

**Reforços Brasnorte** - A Resolução Autorizativa nº 2.128, de 06 de outubro de 2009, autorizou a Brasnorte Transmissora de Energia S/A a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade (subestações de Brasnorte e Juba), bem como estabeleceu os valores das parcelas da Receita Anual Permitida. Os empreendimentos derivados dos reforços deverão ser concluídos em 16 meses, contados de 19 de outubro de 2009. A Portaria nº 444, de 18 de novembro de 2009, aprovou o enquadramento de projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o no 09.274.998/0001-97, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. A habilitação da empresa para operar o REIDI foi formalizada através do Ato Declaratório Executivo RFB nº 119, de 14 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010.

O valor da nova receita anual é de R\$1.992 cujo recebimento se iniciou em março de 2011. A implantação do reforço foi concluída em 19 de fevereiro de 2011.

**Aumento de capital na Brasnorte** - A Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no valor total de R\$ 8.000 e individualmente correspondentes ao percentual de suas respectivas participações conforme descrito a seguir:

- 10 de fevereiro de 2011 - R\$ 930 por parte da Bimetal;
- 14 de fevereiro de 2011 - R\$ 3.977 por parte da Eletronorte e R\$ 3.093 por parte da Taesa.

Com os recursos recebidos, a Brasnorte efetuou os seguintes pagamentos no valor total de R\$ 7.035:

- Bimetal Engenharia e Construção / Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda (contrato EPC) - R\$ 3.728;
- Taesa Serviços (contrato EPC) - R\$ 607;
- Taesa (mútuo) - R\$ 2.700.

## 28 Eventos subsequentes

**AGOE Taesa** – Em 27 de abril de 2011 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia retificou a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009. A nova destinação dos recursos aprovada pela Assembléia segue descrita abaixo:

<b>Total a destinar</b>	
Lucro líquido de 2010	428.630
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas	333.415
	762.045
<b>Destinações</b>	
Lucro líquido de 2010	428.630
Reserva legal (5%)	(21.432)

**Notas Explicativas**

Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	(203.599)
Dividendos adicionais propostos (50%)	(203.599)
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas:	333.415
Dividendos adicionais propostos	(333.415)
<b>Total destinado - Reserva legal</b>	(21.432)
<b>Total destinado - Dividendos</b>	(740.613)
<b>Total destinado</b>	<u>(762.045)</u>

O valor total dos dividendos será pago da seguinte forma: R\$ 407.198 até 31 de maio de 2001 e R\$ 333.415 até 31 de outubro de 2011.

**Certificação ISO 9001:2008** - Em 12 de outubro de 2009 a Companhia obteve, por meio da empresa certificadora Bureau Veritas, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001:2008, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. nas concessões Novatrans Energia S.A. e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A., abrangendo o seguinte escopo: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica.

No período de 30/03 à 01/04/2011 houve a Auditoria de Manutenção e foi constatado que o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado dentro dos requisitos da Norma ISO 9001:2008, mantendo assim a Certificação ISO 9001:2008. Em 01 de abril de 2011, o Órgão Certificador enviou relatório recomendando a manutenção da certificação.

**Mudança de custódia do Fundo NVT** - No mês de abril de 2011, o fundo de investimento exclusivo da Transmissora Aliança e suas controladas e coligadas, NVT Referenciado DI Crédito Privado, usado para aplicação do caixa remanescente da Companhia, teve seu nome alterado para Pampulha Referenciado DI Crédito Privado com mudança da sua estrutura de gestão, conforme indicado abaixo:

	Anterior	Atual
Administrador	Banco Itaucard	Votorantim DTVM
Gestão	Itaú Unibanco	Votorantim DTVM
Custódia e Controladoria	Itaú Unibanco	Banco Bradesco

Essa mudança possibilitou uma redução da taxa de administração devida sem, no entanto, alterar a Política de Investimento nem a carteira de ativos do Fundo. Também, a partir dessa mudança, o fundo poderá ter como cotistas outras subsidiárias e/ou coligadas do grupo CEMIG.

**Reforço – Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II** - O Reforço no Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II, foi aprovado por meio da Resolução Autorizativa nº 2.626/10, que autorizou o recebimento, pela TAESA, de uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$148. Na sequência, por entender que o valor autorizado para a execução do empreendimento não se adequava ao orçamento apresentado pela TAESA, foi apresentado um recurso à diretoria da ANEEL, pleiteando a aprovação do orçamento previamente apresentado pela Concessionária, bem como, a adequação do valor da RAP. Por sua vez, em 27.04.2011, a ANEEL aceitou o recurso apresentado pela TAESA, emitindo a Resolução Autorizativa nº 2.855/2011 que ajusta o valor da RAP da TAESA – referente ao Reforço CE BJI II, para R\$332. Na mesma data, foi expedida a Portaria nº 271/2011, por meio da qual, aprova-se o enquadramento do Reforço do CE BJI II da TAESA no REIDI.

## Notas Explicativas

**Relatório Socioambiental ANEEL 2010** - Em 28.04.2011 foram encaminhados à ANEEL, em atendimento ao Despacho 3034/2006, os Relatórios Socioambientais da Taesa, ETAU e Brasnorte referentes ao exercício de 2010. Os relatórios são enviados anualmente à ANEEL, até o último dia do mês de abril de cada ano, e seu objetivo principal concentra-se na demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, que evidenciem sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público socialmente responsável.

**Notas Explicativas**

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Djalma Bastos de Moraes	Cristiano Corrêa de Barros
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loure Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
Isacson Casiuch	Carlos Alberto Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Luis Carlos Saciloto Tadiello	Antonio de Pádua Barbedo
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Maurício Luis Luchetti (Independente)	Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Thereza Cristina Nogueira de Aquino (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Jorge Kalache Filho	Luiz Ricardo da Câmara Lima

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Paulo Mota Henriques	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Alexandre Dutra Zimmerman	Cláudio Canalis Goulart
Clayton Ferraz De Paiva	Ana Paula Moraes Venâncio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Eduardo Cysneiros de Moraes	Paulo Nobrega Frade

Wagner Rocha Dias  
 Contador CRC RJ-112158/P  
 CPF nº 778.993.777-49

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### ANEXO 3

#### ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA						
Companhia: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A						Posição em 31/03/2011 (Em unidades de ações)
Acionista	Acionista Ordinárias		Acionista Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Investimentos em Participações Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	50,0	0	-	101.678.120	38,6
Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT	97.690.743	48,0	51.683.548	86,2	149.374.291	56,7
<i>Ações em Tesouraria</i>	0		0		0	-
<i>Outros</i>	4.148.848	2,0	8.297.648	13,8	12.446.496	4,7
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100,0</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100,0</b>	<b>263.498.907</b>	<b>100,0</b>

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA)

Companhia: Fundo de Investimentos em Participações Coliseu - FIP Coliseu						Posição em 31/03/2011 (Em unidades de ações)
Acionista/Cotista	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee	326	25,0			326	25,0
Forluz - Fundação Forluminas de Seguridade Social	295	22,6			295	22,6
Banco Santander (Brasil) S.A. *	326	25,0			326	25,0
BB-Banco de Investimento S.A. **	196	15,0			196	15,0
<i>Outros</i>	162	12,4			162	12,4
<b>Total</b>	<b>1.305</b>	<b>100,0</b>		-	<b>1.305</b>	<b>100,0</b>

\* Companhia aberta

\*\* 100% Banco do Brasil, Companhia aberta

### DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA)

Companhia: Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT						Posição em 31/03/2011 (Em unidades de ações)
Acionista/Cotista	Acionista Ords./Cotas		Acionista Prefs./Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Companhia Energética de Minas Gerais*	2.896.785	100,0	0	-	2.896.785	100,0
<b>Total</b>	<b>2.896.785</b>	<b>100,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.898.090</b>	<b>100,0</b>

\* Companhia aberta

\*\* O Capital Social das empresas Cemig GT e Cemig está expresso em milhares de ações.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

## ANEXO 4

## POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2011						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controladores</b>	199.368.863	98,0	51.683.548	86,2	251.052.411	95,3
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	22	0,0	0	-	22	0,0
Diretoria	0	-	0	-	0	-
<b>Conselho Fiscal</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Pessoas Vinculadas</b>	2	0,0	0	-	2	0,0
<b>Ações em Tesouraria</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Outros Acionistas</b>	4.148.824	2,0	8.297.648	13,8	12.446.472	4,7
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100,0</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100,0</b>	<b>263.498.907</b>	<b>100,0</b>
<b>Ações em Circulação</b>	4.148.824	2,0	8.297.648	13,8	12.446.472	4,7

## ANEXO 4

## POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2010						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controladores</b>	173.527.089	85,26	0	-	173.527.089	65,85
<b>Administradores</b>						
Conselho de Administração	22	0,00	0	-	22	0,00
Diretoria	0	-	0	-	0	-
<b>Conselho Fiscal</b>	0	-	0	-	0	-
<b>Pessoas Vinculadas</b>	2	0,00				
<b>Ações em Tesouraria</b>	0	-				
<b>Outros Acionistas</b>	29.990.598	14,74	59.981.196	100	89.971.794	34,15
<b>Total</b>	<b>203.517.711</b>	<b>100</b>	<b>59.981.196</b>	<b>100</b>	<b>263.498.905</b>	<b>100</b>
<b>Ações em Circulação</b>	29.990.598	14,74	59.981.196	100	89.971.794	34,15

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação uplemenar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRC-MG 058176/O-0 S-RJ.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, 10.º andar, sala 1003 (parte), na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 1º trimestre de 2011, findo em 31 de março de 2011. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2011.

Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann  
Clayton Ferraz de Paiva  
Eduardo Cysneiros de Morais  
José Maria Rabelo  
Jorge Khoury Hedaye

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com (i) as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2011, findo em 31 de março de 2011, e respectivos documentos complementares, e (ii) as opiniões expressas no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2011.

Paulo Mota Henriques  
Diretor Superintendente Geral

Domingos Sávio Castro Horta  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com (i) as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2011, findo em 31 de março de 2011, e respectivos documentos complementares, e (ii) as opiniões expressas no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2011.

Paulo Mota Henriques  
Diretor Superintendente Geral

Domingos Sávio Castro Horta  
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria  
Diretor Superintendente Técnico